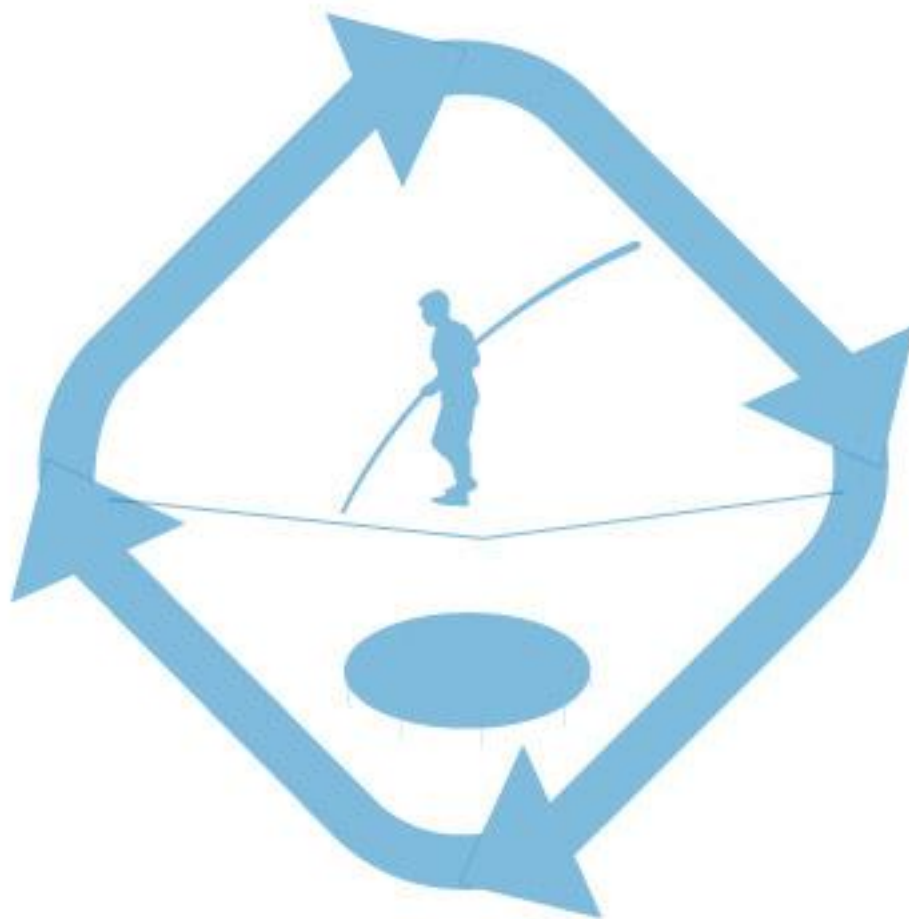




# **RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS**



**2015**  
**4º Trimestre**

*Sistema Financeiro Banestes*

## CONTEÚDO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>4</b>
Benefícios do Gerenciamento de Riscos	4
Principais Tipos de Riscos Financeiros	5
Propósito do Relatório de Gerenciamento de Riscos	7
<b>2. PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS</b>	<b>8</b>
Objetivos	8
Políticas	8
Estrutura Organizacional	9
Governança Corporativa	11
Disseminação da Cultura	12
Controles Internos, Compliance e Risco Operacional	12
Prevenção a Lavagem de Dinheiro	13
<b>3. GERENCIAMENTO DOS RISCOS</b>	<b>14</b>
<b>3.1. Risco de Crédito</b>	<b>14</b>
Risco do Cliente	14
Concessão de Crédito	15
Operações de Tesouraria	15
Mitigação do Risco de Crédito	16
Provisão para Devedores Duvidosos - PDD	17
Exposição ao Risco de Crédito	18
<b>3.2 Risco de Mercado</b>	<b>25</b>
Objetivos	25
Diretrizes	26
Análise de Sensibilidade	27
Mensuração do Risco de Mercado	28
Exposição ao Risco de Mercado	30
VaR Pré e VaR Pré Médio	30
<b>3.3 Risco de Liquidez</b>	<b>31</b>
Diretrizes	31
Mensuração do Risco de Liquidez	32
<b>3.4. Risco Operacional</b>	<b>33</b>
Objetivos	33
Mensuração do Capital referente ao do Risco Operacional	34
Base de Perdas Associadas ao Risco Operacional	35
Risco Operacional - Empresas do Grupo	35
Gestão de Continuidade de Negócios - GCN	36
<b>4. GERENCIAMENTO DE CAPITAL</b>	<b>37</b>
<b>4.1. Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>37</b>
<b>4.2. Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>38</b>
<b>4.3. Índices e Margem Financeira</b>	<b>40</b>

4.4. Razão de Alavancagem .....	41
5. COMUNICAÇÃO .....	43
6. BASILEIA III .....	44
7. BALANÇO PATRIMONIAL.....	45
Instituições participantes do escopo de Consolidação do Balanço Patrimonial.....	46
Participações societárias relevantes .....	47
8. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS .....	48
9. ANEXO 1 .....	49

# 1. INTRODUÇÃO

A adoção das melhores práticas de gerenciamento de riscos é entendida pelo Banestes como uma estratégia decisiva para tornar a Instituição saudável e segura com consequente aumento na rentabilidade dos negócios.

O gerenciamento de riscos no Banestes é de responsabilidade de cada um de seus empregados, sendo que as políticas e metodologias estão descritas em normas internas e são deliberadas pelo Conselho de Administração.

## Benefícios do Gerenciamento de Riscos

Ao realizar o gerenciamento dos riscos buscamos:

- **Alinhar o risco aceitável com a estratégia organizacional:** ao realizar esse procedimento, o Banestes procura deixar o risco inerente às suas atividades em conformidade com as estratégias definidas em conjunto com a Alta Administração.
- **Aumentar a capacidade de gerir o risco e otimizar o retorno:** o gerenciamento de risco propicia à Instituição um equilíbrio entre a relação risco/retorno.
- **Melhorar as decisões de resposta aos riscos:** baseado em uma gestão de riscos, a Instituição se torna mais apta a tomar melhores decisões para controlar os riscos inerentes às suas atividades.
- **Minimizar as surpresas operacionais e os prejuízos:** sabe-se que esse gerenciamento propicia um controle de eventos ligados ao risco que possam gerar perdas para o Banestes.
- **Aproveitar as oportunidades:** com essa atividade, o Banestes obtém maior habilidade para trabalhar as oportunidades de negócios.
- **Racionalizar o capital:** graças ao gerenciamento, o Banestes consegue manter um capital mínimo para fazer frente aos riscos, sem que isso represente uma retração de suas atividades.

## Principais Tipos de Riscos Financeiros

As Instituições Financeiras estão expostas a vários tipos de riscos, no qual destacamos:

CATEGORIA	RISCO	DEFINIÇÃO
Risco de Crédito	<b>Risco de Concentração</b>	Possibilidade de perda decorrente da excessiva concentração em operações com determinadas contrapartes, segmentos de mercado ou regiões geográficas.
	<b>Risco de Contraparte</b>	Possibilidade de perda na falha da contraparte no cumprimento de obrigações contratuais, entendendo contraparte como emissores, fornecedores, participantes e patrocinadores.
	<b>Risco de Garantia</b>	Possibilidade de perda decorrente da insuficiência de liquidez ou da degradação na qualidade das garantias recebidas em contratos.
	<b>Risco de Degradação da Qualidade do Crédito</b>	Possibilidade de perda decorrente da degradação da qualidade do crédito atribuída à contraparte, como nos casos de rebaixamento de <i>rating</i> de um emissor de títulos.
Risco de Liquidez	<b>Risco de Descasamento</b>	Possibilidade de perda decorrente das diferenças temporais entre os fluxos de caixa gerados pelos ativos e passivos.
	<b>Risco de Incapacidade de Pagamento</b>	Possibilidade de perda decorrente da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento dos compromissos assumidos nas datas previstas.
	<b>Risco de Realização de Ativos a Preços Adversos</b>	Possibilidade de perda decorrente da venda forçada de ativos a preços inferiores aos de mercado.
Risco de Mercado	<b>Risco de Concentração de Investimentos</b>	Possibilidade de agravamento das perdas no valor da carteira, causado pela não diversificação dos investimentos.
	<b>Risco de Instrumentos Financeiros</b>	Possibilidade de perda no valor da carteira em função de mudanças adversas de instrumentos financeiros. Por exemplo: mercados de índices, ações, derivativos e <i>commodities</i> .
	<b>Risco de Oscilação de Preços</b>	Possibilidade de perda no valor da carteira em função de mudanças adversas nos preços: taxas de juros, taxas de câmbio etc
Risco Operacional	<b>Concentração</b>	Risco de perda decorrente da concentração em produtos e serviços, região, tipo de pessoa (física ou jurídica), segmento de mercado, aplicações financeiras, fornecedor de produtos e serviços, ou qualquer dependência de pessoas para fazer negócios ou executar serviços.

	<b>Conformidade</b>	Risco de perda decorrente de sanções de órgãos reguladores ocasionada pela inobservância, violação ou interpretação indevida de regulamentos e normas.
	<b>Contencioso (legal)</b>	Risco de perda decorrente de ações ajuizadas pela empresa ou contra ela.
	<b>Contratual (legal)</b>	Risco de perda decorrente de julgamento desfavorável por contrato omissivo, mal redigido ou sem o devido amparo legal.
	<b>Eficiência e Confiabilidade</b>	Risco de perda pelo fato de informações não poderem ser recebidas, processadas, armazenadas e transmitidas em tempo hábil e/ou com confiabilidade.
	<b>Equipamento</b>	Risco de perda devido à quebras/falhas em equipamentos elétricos, de processamento e transmissão de dados, telefônicos, de segurança, dentre outros.
	<b>Eventos Externos</b>	Risco de perda relacionada a catástrofes naturais, atentados, vandalismo, greves, paralisações, epidemias e outros eventos independentes da vontade ou das condições da empresa.
	<b>Falha Humana</b>	Risco de perda associada a ações não intencionais de pessoas envolvidas em negócios da Instituição (equivocos, omissão, distração, negligência ou falta de qualificação profissional).
	<b>Fraudes Internas</b>	Risco de perda ocasionada por atos intencionais com a participação de pelo menos uma pessoa interna à Instituição com o objetivo de apropriar-se indevidamente de valores financeiros e bens físicos ou burlar os regulamentos, a lei ou a política da empresa.
	<b>Fraudes Externas</b>	Risco de perda ocasionada por atos intencionais praticados por terceiros, sem a participação de pessoa interna à Instituição, com o objetivo de fraudar, apropriar-se indevidamente de valores financeiros e bens físicos.
<b>Risco Operacional</b>	<b>Lavagem de Dinheiro</b>	Risco de perda caso a Instituição seja usada para a “conversão” de dinheiro, bens ou valores de origem ilícita (proveniente dos crimes listados na Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, como terrorismo, contrabando, tráfico de drogas, dentre outros) em “capitais” aparentemente lícitos.
	<b>Modelagem de Processos</b>	Risco de perda pela inadequação na criação ou na reestruturação dos processos à realidade operacional da empresa.
	<b>Obsolescência</b>	Risco de perda pela não substituição frequente de equipamentos e softwares antigos.

<b>Produtos e Serviços</b>	Risco de perda em decorrência da venda de produtos ou prestação de serviços ocorrer de forma indevida ou sem atender às necessidades/demandas de clientes.
<b>Regulamentação</b>	Risco de perda em decorrência da inexistência de normas para controles internos ou externos, ou da modificação daquelas existentes, levando a alterações no ambiente operacional.
<b>Segurança da Informação</b>	Risco de perda decorrente de quebra de confidencialidade, ausência de integridade ou falha na autenticidade das informações.
<b>Segurança Física</b>	Risco de perda devido a atos contra o ambiente físico ou recursos humanos da Instituição.
<b>Sobrecarga</b>	Risco de perda por sobrecargas nos sistemas elétricos, de processamento e transmissão de dados, telefônicos, de segurança, entre outros.
<b>Sistemas</b>	Risco de perda devido à utilização de "softwares" mal modelados ou programados, impossibilitando a integração entre os diversos sistemas e plataformas.
<b>Terceirização</b>	Risco de perda decorrente das falhas no provimento ou na qualidade dos serviços prestados acordados contratualmente.
<b>Tributário (legal)</b>	Risco de perda ocasionada por interpretação indevida da legislação tributária.

## Propósito do Relatório de Gerenciamento de Riscos

O objetivo deste relatório é promover a transparência aos *stakeholders* das práticas de gerenciamento e controle dos diversos riscos financeiros utilizadas pelo Banestes, auxiliando-os na tomada de decisões além de garantir a conformidade com o Pilar III – Disciplina de Mercado do Acordo de Capitais (Basileia II) e também com a Circular n.º 3.678/2013 do Banco Central do Brasil.

## 2. PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

### Objetivos

O gerenciamento de riscos é um pilar fundamental para o desenvolvimento e sustentabilidade do Banestes, atuando de forma a garantir a conformidade do consolidado econômico-financeiro com os requisitos legais e regulamentares, utilizando-se para isso do ambiente de controles internos e de processos independentes.

O Banestes visa com o gerenciamento de riscos conhecer de forma pró-ativa a real exposição a riscos e possíveis deficiências na estrutura de governança corporativa e de controles internos, que possam gerar perdas significativas e inesperadas, decidindo o tratamento adequado a cada tipo de ameaça identificada. Desta forma, entendemos que alcançaremos uma otimização da alocação de capital, o estabelecimento de limites operacionais e mecanismos de mitigação de riscos adequados e ainda a manutenção em níveis aceitáveis da exposição a riscos, protegendo desta forma o capital do acionista.

### Políticas

As políticas de gerenciamento de riscos do Banestes estabelecem um conjunto de diretrizes visando o alcance dos objetivos ora descritos, além de definir papéis e responsabilidades no processo de gestão para toda a Instituição.

As políticas são claramente documentadas e deliberadas pelo Conselho de Administração, estando alinhadas aos objetivos estratégicos da Instituição. São revisadas anualmente, ou sempre que necessário, mediante uma alteração relevante.

Após a aprovação, as políticas são disponibilizadas a todos os empregados da Instituição por meio de portal dedicado no ambiente interno de comunicação.

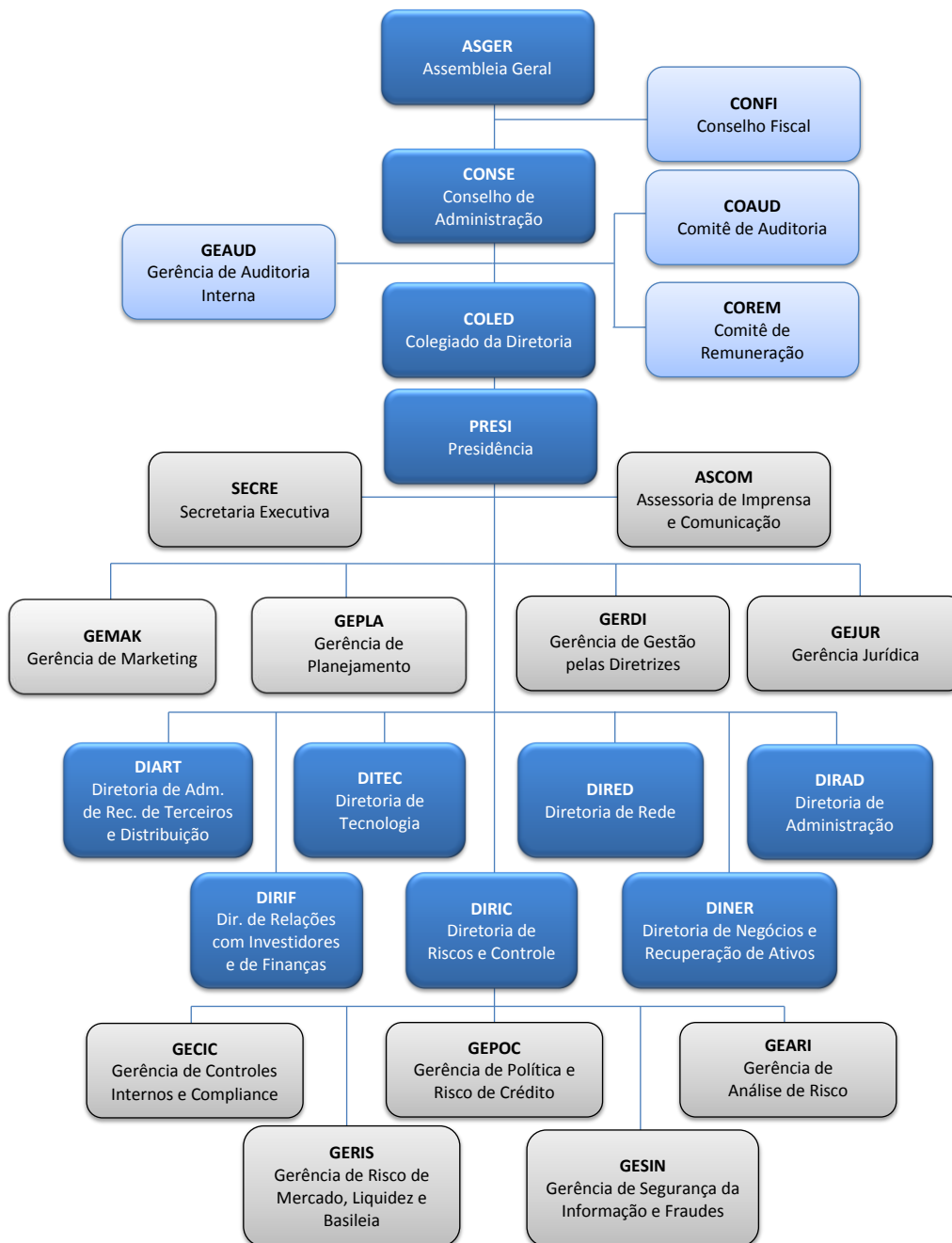
Salienta-se, com relação à política de *hedge* e de mitigação de risco, que o Banestes adota uma postura conservadora em suas operações, buscando sempre manter um equilíbrio entre risco e retorno. Para garantir a efetividade desse processo, todas as operações do Banco somente são realizadas se estiverem em conformidade com as políticas internas e com os limites estabelecidos.

Ademais, o Banestes possui uma política formal de divulgação de informações aprovada pelo Conselho de Administração, na qual inclui a especificação das informações a ser divulgada, o sistema de controles internos aplicado ao processo de divulgação de informações, o estabelecimento de processo contínuo de confirmação da fidedignidade das informações divulgadas e da adequação do seu conteúdo e os critérios de relevância utilizados para divulgação de informações, com base nas necessidades de usuários externos para fins de decisões de natureza econômica.



## Estrutura Organizacional

O Banestes possui uma diretoria de gestão de riscos e controle e unidades específicas para gestão e avaliação dos controles internos, dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, devidamente segregadas das unidades de negócios, conforme organograma abaixo:



Essa estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com a natureza das operações e complexidade dos serviços e produtos oferecidos pelo Banestes.

Cada uma dessas áreas possui objetivos próprios que visam identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e comunicar as exposições dos riscos financeiros, tais como:

- Formular e propor à Alta Administração políticas e diretrizes para o gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, visando estabelecer limites operacionais e procedimentos para manter a exposição aos riscos em níveis aceitáveis.
- Propor, divulgar e fazer cumprir as políticas e limites de crédito, estabelecendo condições e critérios de concessão que assegurem ao Banestes uma carteira de clientes de qualidade, com minimização dos riscos de inadimplência e perdas.
- Garantir o suporte adequado às áreas de negócios, aprimorando os controles internos e o gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, além de buscar promover a gestão da continuidade dos negócios.
- Garantir a eficiência e confiabilidade dos controles internos e *compliance*, acompanhar a conformidade com normas internas e externas, bem como realizar o monitoramento dos processos de prevenção à lavagem de dinheiro e o aprimoramento do modelo de gestão, de acordo com as ações estratégicas definidas pela Alta Administração, através do mapeamento e da otimização dos processos.
- Examinar e reportar à Alta Administração os relatórios gerenciais periódicos acerca do desempenho do gerenciamento dos riscos, da adequação do capital do Banestes e da sua exposição aos riscos, proporcionando a implementação de ações mitigadoras.

A Gerência de Auditoria Interna, subordinada ao Conselho de Administração, é responsável em verificar o nível de aderência das metodologias e dos procedimentos de gerenciamento de riscos.

O Banestes instituiu a estrutura de gerenciamento do risco de crédito com o objetivo de identificar, mensurar, controlar e mitigar os riscos de suas operações, contribuindo assim para a manutenção da solidez da Instituição. Esta estrutura é composta pela Diretoria de Riscos e Controle e pela Superintendência de Reestruturação de Ativos, sendo a Diretora de Riscos e Controle, por meio de indicação do Conselho de Administração, a responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Banestes perante o Banco Central do Brasil - Bacen. Seguem abaixo as suas principais responsabilidades:

Diretoria de Riscos e Controle:

- definir as políticas e procedimentos de crédito;
- gerenciamento e alocação de capital para cobertura do risco de crédito;
- revisar as políticas e estratégias para o gerenciamento do risco de crédito;
- estabelecimento de limites máximos de exposição cliente/grupo econômico;
- gestão da carteira de crédito;
- análise do risco da operação.

Superintendência de Reestruturação de Ativos:

- analisar e acompanhar as inadimplências das carteiras de crédito e a performance das cobranças efetuadas;
- gerenciar e controlar as renegociações de dívidas ajuizadas;
- gerenciar a cobrança dos créditos inadimplentes e renegociar dívidas;
- elaborar políticas relativas às regras de cobrança e renegociação de dívidas.

## **Governança Corporativa**

O Banestes vem buscando, a cada dia, um sistema de gestão com o compromisso constante de adotar as melhores práticas de governança corporativa, por entender que esta é uma das ferramentas para alcançar a sustentabilidade da empresa. Assim, vem alinhando suas políticas e estratégias às boas práticas, procurando aplicar seus princípios básicos, que são: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

As principais práticas adotadas são:

- Acionistas elegem o Conselho de Administração - CONSE e Conselho Fiscal.
- CONSE elege e destitui os Diretores do Banco e os membros do Comitê de Auditoria, nomeia e destitui os membros do Comitê de Remuneração e o Ouvidor.
- Transparência e equidade na divulgação dos dados em site de RI.
- Equidade: tratamento justo e igualitário dos minoritários.
- Prestação de contas pelos agentes de Governança a quem os elegeu.
- Criação de riquezas e de oportunidades de emprego: compromisso em fomentar riquezas em todos os municípios do estado.
- Política de divulgação de informações relevantes e proibição de utilização de informações privilegiadas obrigatória para os sócios, CONSE, diretores, conselheiros fiscais, membros de órgãos técnicos e consultivos, bem como para pessoas que, em razão de seus cargos, tenham acesso à informação privilegiada.
- Não acúmulo no cargo de CEO e presidente do CONSE.
- CEO é o elo entre a governança e a gestão.
- CEO recebe o alinhamento estratégico do CONSE e desenha, em conjunto com o Colegiado de Diretoria, táticas para alcançar os objetivos estratégicos da empresa.
- Composição do CONSE com dois membros independentes e um membro eleito pelos empregados.

- O CONSE tem como atribuição estatutária assegurar-se de que a Diretoria identifique preventivamente e liste os principais riscos aos quais a sociedade está exposta.
- Comitês: auxiliam a Administração na condução de seus negócios e tornam o processo de tomada de decisão mais transparente – Análise de Crédito, Tecnologia, Planejamento Tributário, Disciplinar, Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Segurança, Produtos e Serviços, Análise de Patrocínios, Mercado e Riscos Operacionais.
- Auditoria Interna e Comitê de Auditoria reportam-se ao CONSE.
- Auditoria Independente.
- Código de conduta ética aprovado pelo CONSE.

## **Disseminação da Cultura**

A disseminação da cultura de controles internos e gerenciamento de risco em nossa Instituição é realizada continuamente por profissionais internos e externos e abrange todos os empregados em seus diversos níveis, utilizando instrumentos adequados de comunicação, de informação e de treinamento visando alcançar um entendimento uniforme sobre o assunto.

## **Controles Internos, Compliance e Risco Operacional**

O Banestes possui uma estrutura específica de controles internos e gerenciamento do risco operacional, subordinada a Diretoria de Riscos e Controle, sendo compatível com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Instituição.

O sistema de controles internos abrange compliance e risco operacional, permitindo auxiliar a Instituição no alcance de seus objetivos estratégicos, com aprimoramento de procedimentos e controles, regras que são divulgadas aos empregados com a finalidade de assegurar um ambiente de controle adequado, mais eficiente e em conformidade com os órgãos reguladores, autorreguladores e fiscalizadores. É prática constante a implantação/atualização de políticas internas, divulgando o direcionamento da Alta Administração para que estejam em consonância com as normas e legislações externas, bem como na identificação, classificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco operacional.

Os resultados das atividades de controles internos e risco operacional são consolidados anualmente no Relatório de Controles Internos, Compliance e Riscos Operacionais, que é elaborado utilizando a metodologia COSO/ERM, sendo submetido para análise da Diretoria de Riscos e Controle e reportadas ao Colegiado da Diretoria e ao Conselho de Administração para deliberação. As perdas operacionais são tratadas de acordo com metodologia própria, utilizando como principal premissa a Resolução nº 3380 do Conselho Monetário Nacional - CMN.

Também é prática da instituição, a disseminação corporativa da cultura de controles internos, risco operacional, compliance e prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo,

com a realização de treinamentos, palestras e divulgação na Intranet para formação e conscientização do corpo funcional.

## **Prevenção a Lavagem de Dinheiro**

O BANESTES possui políticas, procedimentos e controles internos definidos de acordo com a legislação brasileira e demais órgãos que regulam sobre a Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo. Enfatiza a importância da política "Conheça seu Cliente" e "Conheça seu Empregado". Mantém registro de todas as transações de seus Clientes. Possui sistema especialista baseado em regras de forma a assegurar controles suficientes para minimizar os riscos da Instituição na prática deste crime.

Possui o Comitê de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo que é coordenado pela Diretoria de Riscos e Controle e composto pela Diretoria de Rede e as áreas de Controles Internos e Compliance, Cadastro, Jurídica, Contas de Depósito, Auditoria Interna e Segurança Patrimonial e Suprimentos, que avaliam o encaminhamento das situações suspeitas ao órgão competente, dentre outras medidas.

## 3. GERENCIAMENTO DOS RISCOS

### 3.1. Risco de Crédito

---

Risco de Crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

---

O gerenciamento do risco de crédito tem como objetivo identificar, mensurar, analisar, controlar e monitorar a exposição ao risco de crédito, bem como estabelecer formas de mitigação, além de gerar informações para todas as áreas envolvidas no processo de crédito e para a Alta Administração. Vale ressaltar que todas as unidades de negócios também têm a responsabilidade de aplicar as políticas e procedimentos para gerenciamento dos riscos.

Visando estar alinhado às melhores práticas de gestão do risco de crédito e aumentar a eficiência na gestão de seu capital econômico, o Banestes se utiliza de processos sistematizados e de avançadas ferramentas tecnológicas nos processos de gerenciamento, promovendo agilidade sem perder a segurança necessária.

Vários são os procedimentos realizados pelo Banestes para controle e monitoramento do risco de crédito, ao qual destacamos: monitoramento da estabilidade e avaliação do desempenho dos modelos estatísticos de classificação de risco dos clientes, análise de suficiência de cobertura das garantias às operações de crédito, relatórios gerenciais de acompanhamento dos índices de inadimplência e de valores de provisionamento, dentre outros.

#### Risco do Cliente

Os clientes têm sua classificação de risco atribuída por modelos de análise e classificação de risco – *credit scoring*, que são modelos estatísticos responsáveis por medir a probabilidade de inadimplência destes clientes, ponderando variáveis restritivas, cadastrais e de histórico de crédito. Agrega-se ainda na definição do risco do cliente, principalmente para clientes do tipo pessoa jurídica, análise julgamental através de modelo parametrizado.

De acordo com o nível de risco do cliente, definido com base em uma escala de nove níveis, as políticas parametrizadas definem limites para as diversas modalidades de crédito, inclusive disponibilizando percentuais para crédito pré-aprovado e definindo os tipos de garantias, prazos e taxas na concessão de crédito.

## **Concessão de Crédito**

A Política de Crédito é um conjunto de critérios e padrões que devem ser adotados na análise do cliente e do negócio, visando o atendimento dentro dos parâmetros de qualidade, agilidade e segurança exigidos, impulsionando a carteira de crédito, fixando regras que norteiam o processo de concessão de crédito, não perdendo de vista a mitigação dos riscos e a maximização do resultado, assegurando o retorno sobre o capital e sendo aderente ao cenário econômico.

A implementação da Política de Crédito é totalmente sistematizada e integrada aos diversos sistemas operacionais, através de controles de participantes, valores e alçadas de crédito na concessão de limite de crédito e de negócios.

As agências possuem limites de alçada decisória de crédito, e os comitês de crédito da Direção Geral analisam e decidem sobre limites e valores superiores às alçadas das agências, segregando as decisões de acordo com o estabelecido na política de crédito.

Os membros participantes de Comitês são co-responsáveis pelo acolhimento, análise e aprovação de limites de crédito e operacionalização do negócio, sendo a alçada decisória definida no momento da inclusão da operação de crédito, em virtude da ponderação de vários fatores: risco total de crédito do cliente somado ao novo negócio proposto, classificação de risco do cliente; e restrições, impedimentos e alertas vigentes do cliente.

Ressalta-se na política de concessão de créditos do Banestes a adoção de processos de decisões ágeis e seguros, proporcionando a aprovação automática de limite de crédito padrão, e concessão de crédito, viabilizando o crédito por meio de canais eletrônicos e a melhoria contínua da qualidade da carteira de crédito.

## **Operações de Tesouraria**

As operações de compra e venda definitiva de títulos públicos ou privados para a carteira própria do Banestes somente podem ser realizadas se estiverem dentro dos parâmetros e limites designados na Política de Investimento Financeiro do Banestes e pelos comitês competentes, de acordo com as alçadas estabelecidas.

Atendendo a política de investimento, visando minimizar o risco de crédito e maximizar os resultados, as operações realizadas pela Gerência Financeira e de Mercado são aprovadas considerando os seguintes aspectos:

- As operações somente são realizadas com instituições com Rating mínimo equivalente ao grau de investimento, ou seja, BBB. As principais agências de rating são utilizadas para analisar cada uma das operações propostas, sendo que quando duas ou mais agências classificam o mesmo ativo, adota-se, para fins de classificação de risco de crédito, aquela mais conservadora.

- Para subsidiar as análises do comitê, a Gerência de Análise de Riscos (GEARI) confecciona um relatório/parecer contendo uma análise do risco de crédito da instituição.
- São realizados os cálculos dos limites operacionais impostos, sendo utilizados para decidir o volume a ser aplicado, dando elevada ênfase ao binômio risco/retorno e liquidez corrente.
- Análise do impacto no Índice de Basileia.

São ainda realizados debates e análises técnicas sobre as principais variáveis de mercado que poderão afetar os investimentos, visando a melhor tomada de decisão para o Banestes.

Ademais, a tesouraria do Banestes procura assegurar liquidez adequada às suas operações, buscando uma boa combinação entre risco de crédito, prazo e taxa de juros. Sua operacionalização está voltada para aquisições, intermediações e alienações de ativos. A tesouraria concentra os investimentos em ativos altamente líquidos, não apenas como forma de conferir disponibilidade imediata de recursos, mas também para se proteger de riscos de taxa de juros. A carteira proprietária do Banestes está representada majoritariamente por aplicações em títulos públicos federais, tais como Letra Financeira do Tesouro - LFT, Letra do Tesouro Nacional – LTN e Notas do Tesouro Nacional - NTN, além de títulos privados e fundos de investimento.

## **Mitigação do Risco de Crédito**

A mitigação do risco de crédito é feita com a utilização de diversos instrumentos, tais como: hipoteca, alienação fiduciária, caução e desconto de recebíveis, aplicação/investimento, aval, penhor, fiança, dentre outros, sendo considerados, de um modo geral, como meios de assegurar o cumprimento da obrigação por parte do tomador do crédito.

Os critérios estabelecidos para análise e classificação dos mitigadores levam em conta:

- sua suficiência;
- os princípios legais que o regem;
- a depreciação que este mitigador pode vir a sofrer;
- a liquidez; e
- o tempo legal necessário para a sua retomada, em caso de inadimplência.

Para os casos em que o mitigador é uma garantia real agregada à operação de crédito, as avaliações são fundamentadas em laudos técnicos, e possuem prazo de vigência, o que as mantém atualizadas. Seu cadastramento é feito em uma base de dados específica, e a mesma é vinculada à operação de crédito no momento da concessão.



## Provisão para Devedores Duvidosos - PDD

No processo de classificação de operações de crédito para fins de constituição de provisões para possíveis perdas, o Banestes adota as diretrizes estabelecidas pela Resolução n.º 2.682/1999 do Conselho Monetário Nacional em várias fases, onde são analisados e comparados os dados cadastrais, as informações restritivas do cliente, seu histórico de crédito, assim como as características das operações de crédito, a suficiência e liquidez das garantias envolvidas na operação, além de possíveis atrasos.



- **1ª FASE - Classificação do Cliente:** cálculo do nível de risco do cliente atribuído por modelos estatísticos, classificando-o nos níveis "AA", "A", "B", "C", "D", "E", "F", "G" ou "H".
- **2ª FASE - Classificação da Garantia da Operação de Crédito:** classificação das garantias propostas quando da contratação da operação de crédito considerando aspectos quanto à suficiência e liquidez das mesmas.
- **3ª FASE - Classificação de Origem da Operação de Crédito:** quando da contratação da operação de crédito, ponderando a classificação do cliente com a classificação da garantia da operação de crédito.
- **4ª FASE - Classificação por Atraso:** cálculo mensal, com base na situação de atraso de cada operação de crédito, no último dia útil do mês, classificando-a nos níveis de atraso "AA", "A", "B", "C", "D", "E", "F", "G" ou "H", conforme Resolução n.º 2.682/1999 do Conselho Monetário Nacional.

- **5ª FASE – Classificação Final do Cliente (PDD):** cálculo mensal, prevalecendo para todas as operações do cliente a classificação de maior risco entre a classificação de origem e a classificação de atraso, classificando-a nos níveis de provisionamento “AA”, “A”, “B”, “C”, “D”, “E”, “F”, “G” ou “H”, conforme Resolução n.º 2.682/1999 do Conselho Monetário Nacional.

## Exposição ao Risco de Crédito

### Total das exposições ao risco de crédito

Pessoa Física	Valores em R\$ mil		
	Prudencial		
	dez/15	set/15	jun/15
Crédito Rural	333.269	363.497	366.992
Imobiliário	222.730	194.308	166.411
Consignado	997.182	1.020.912	1.009.825
Veículos e Arrendamento Mercantil	83.966	97.581	111.205
Cartão de Crédito*	959.298	963.457	964.809
Outros	419.844	447.651	473.894
<b>Total Geral</b>	<b>3.016.289</b>	<b>3.087.406</b>	<b>3.093.137</b>
<b>Pessoa Jurídica</b>			
Crédito Rural	27.016	25.906	26.845
Investimento	158.209	168.845	176.046
Importação e Exportação	294.244	298.584	295.811
Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	723.551	810.020	896.835
Outros	415.048	450.465	483.102
<b>Total Geral</b>	<b>1.618.068</b>	<b>1.753.821</b>	<b>1.878.639</b>

\* Os valores de Limite de Crédito Não Utilizado estão incluídos na modalidade Cartão de Crédito

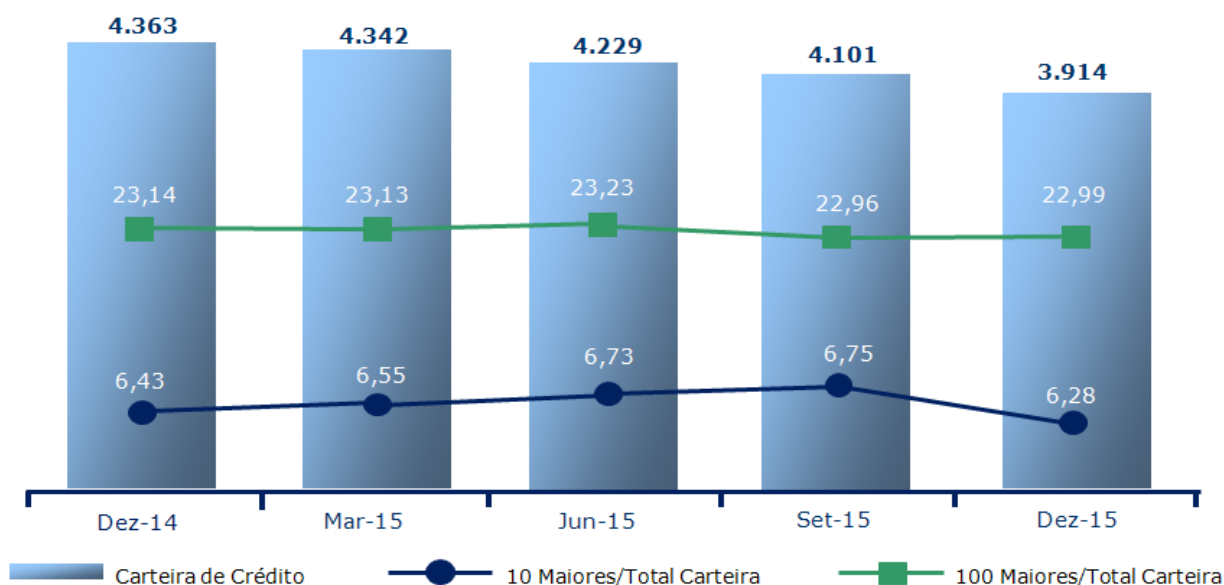
### Exposição média no trimestre

Pessoa Física	Valores em R\$ mil		
	Prudencial		
	4T15	3T15	2T15
Crédito Rural	354.588	364.264	365.325
Imobiliário	212.859	185.333	162.159
Consignado	1.010.155	1.018.065	1.005.248
Veículos e Arrendamento Mercantil	88.565	102.157	115.851
Cartão de Crédito*	960.218	964.167	965.061
Outros	429.362	456.005	478.329
<b>Total Geral</b>	<b>3.055.746</b>	<b>3.089.991</b>	<b>3.091.973</b>
<b>Pessoa Jurídica</b>			
Crédito Rural	31.883	26.417	27.934
Investimento	161.366	172.124	179.227
Importação e Exportação	292.346	300.145	297.657
Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	758.477	839.245	927.275
Outros	415.882	455.876	483.043
<b>Total Geral</b>	<b>1.659.954</b>	<b>1.793.807</b>	<b>1.915.136</b>

\* Os valores de Limite de Crédito Não Utilizado estão incluídos na modalidade Cartão de Crédito

## Por Tomador de Crédito

Com relação ao percentual dos dez e dos cem maiores devedores em relação ao volume das operações com característica de concessão de crédito, pode ser apresentado o seguinte desempenho:



## Por Região Geográfica

Valores em R\$ mil

	Prudencial						
	dez/15					set/15	jun/15
	Espírito Santo			Outras Cidades *	Total Geral	Total Geral	Total Geral
Centro	Norte	Sul					
<b>Pessoa Física</b>							
Crédito Rural	51.945	163.193	111.504	6.626	333.269	363.497	366.992
Imobiliário	222.730	-	-	-	222.730	194.308	166.411
Consignado	508.313	250.231	237.074	1.564	997.182	1.020.912	1.009.825
Veículos e Arrendamento Mercantil	34.481	22.021	27.129	335	83.966	97.581	111.205
Cartão de Crédito **	536.353	248.577	172.965	1.403	959.298	963.457	964.809
Outros	193.989	125.834	97.478	2.542	419.844	447.651	473.894
<b>Total Geral</b>	<b>1.547.812</b>	<b>809.856</b>	<b>646.151</b>	<b>12.470</b>	<b>3.016.289</b>	<b>3.087.406</b>	<b>3.093.137</b>
<b>Pessoa Jurídica</b>							
Crédito Rural	9.122	16.769	1.124	0	27.016	25.906	26.845
Investimento	76.784	30.396	38.295	12.734	158.209	168.845	176.046
Importação e Exportação	294.244	-	-	-	294.244	298.584	295.811
Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	422.034	123.420	103.782	74.315	723.551	810.020	896.835
Outros	216.131	96.403	75.125	27.389	415.048	450.465	483.102
<b>Total Geral</b>	<b>1.018.315</b>	<b>266.989</b>	<b>218.326</b>	<b>114.438</b>	<b>1.618.068</b>	<b>1.753.821</b>	<b>1.878.639</b>

\* São Paulo, Nanuque e Teixeira de Freitas

\*\* Os valores de Limite de Crédito Não Utilizado estão incluídos na modalidade Cartão de Crédito

## Por Setor Econômico - CNAE

Com relação à exposição total a risco de crédito por setor econômico, apresentamos a seguinte segmentação de acordo com a tabela Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE:

Valores em R\$ mil

Pessoa Física	Prudencial							set/15 Total Geral	jun/15 Total Geral
	dez/15								
	Crédito Rural	Imobiliário	Consignado	Veículos e arrendamento mercantil	Cartão de crédito *	Outros	Total Geral		
<b>Total Geral</b>	<b>333.269</b>	<b>222.730</b>	<b>997.182</b>	<b>83.966</b>	<b>959.298</b>	<b>419.844</b>	<b>3.016.289</b>	<b>3.087.406</b>	<b>3.093.137</b>

Pessoa Jurídica	Prudencial							set/15 Total Geral	jun/15 Total Geral
	dez/15								
	Crédito Rural	Investimento	Importação e Exportação	Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	Outros	Total Geral			
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	-	-	-	-	848	848	848	848	
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aqüicultura	8.022	1.605	-	9.738	13.124	32.488	32.789	35.308	
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	-	5.071	-	10.471	74.359	89.901	90.189	90.518	
Alojamento e Alimentação	-	41	-	10.745	3.896	14.683	14.376	15.643	
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	-	11	-	824	978	1.813	1.888	1.949	
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	-	9.497	-	25.384	16.469	51.350	52.286	56.213	
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	-	160	-	50.660	6.444	57.263	65.023	94.225	
Atividades Imobiliárias	-	220	-	4.395	20.567	25.183	25.887	26.409	
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	-	1.400	-	4.066	1.104	6.571	7.803	11.821	
Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	8.511	21.380	125.848	268.948	92.808	517.496	570.381	590.317	
Construção	-	8.899	-	39.279	42.850	91.028	92.420	121.332	
Educação	-	1.911	-	7.969	6.659	16.539	15.265	16.428	
Eletricidade e Gás	-	-	-	131	44	175	127	62	
Indústrias de Transformação	10.414	72.559	157.109	132.893	76.305	449.279	507.126	513.050	
Indústrias Extrativas	-	8.266	9.541	3.990	11.424	33.220	39.605	43.594	
Informação e Comunicação	-	-	1.242	23.978	1.392	26.613	23.668	27.014	
Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras Atividades de Serviços	-	350	-	3.690	1.719	5.760	6.108	7.232	
Saúde Humana e Serviços Sociais	-	7.870	-	23.087	2.985	33.941	44.080	47.519	
Serviços Domésticos	-	-	-	-	-	-	-	-	
Transporte, Armazenagem e Correio	69	18.968	503	103.302	41.074	163.917	163.952	179.157	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Total Geral</b>	<b>27.016</b>	<b>158.209</b>	<b>294.244</b>	<b>723.551</b>	<b>415.048</b>	<b>1.618.068</b>	<b>1.753.821</b>	<b>1.878.639</b>	

\* Os valores de Limite de Crédito Não Utilizado estão incluídos na modalidade Cartão de Crédito

## Por Prazo a Decorrer das Operações

Valores em R\$ mil

Pessoa Física	Prudencial							
	dez/15				set/15			
	até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos
Crédito Rural	64.142	102.867	165.062	1.198	167.432	15.402	178.890	1.773
Imobiliário	85	35	3.060	219.551	154	59	1.662	192.432
Consignado	11.849	35.572	754.989	194.773	14.433	32.882	791.468	182.130
Veículos e Arrendamento Mercantil	2.591	6.867	74.426	83	2.331	7.468	87.645	137
Cartão de Crédito *	399.729	450.170	109.399	-	367.308	455.204	140.945	-
Outros	58.651	68.850	283.464	8.878	71.501	60.431	308.284	7.434
<b>Total Geral</b>	<b>537.046</b>	<b>664.361</b>	<b>1.390.400</b>	<b>424.482</b>	<b>623.160</b>	<b>571.446</b>	<b>1.508.894</b>	<b>383.906</b>
Pessoa Jurídica	até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos
Crédito Rural	312	9.882	16.822	0	8.328	1.167	16.411	0
Investimento	1.183	1.835	96.367	58.825	2.453	2.343	100.802	63.248
Importação e Exportação	222.844	65.852	5.548	-	229.217	62.070	7.298	-
Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	239.263	64.696	416.530	3.062	308.274	61.376	437.247	3.123
Outros	22.676	23.881	189.874	178.617	33.301	17.583	238.097	161.485
<b>Total Geral</b>	<b>486.278</b>	<b>166.146</b>	<b>725.141</b>	<b>240.503</b>	<b>581.572</b>	<b>144.538</b>	<b>799.855</b>	<b>227.856</b>

\* Os valores de Limite de Crédito Não Utilizado estão incluídos na modalidade Cartão de Crédito

## Por Nível de Atraso

As operações com característica de concessão de crédito encontram-se distribuídas nas faixas de atraso indicadas nas tabelas abaixo, por setor econômico e por região geográfica:

Valores em R\$ mil

Setor Econômico	Prudencial											
	dez/15						set/15					
	15 e 60 dias	61 e 90 dias	91 e 180 dias	181 e 360 dias	Acima de 360 dias	Total	15 e 60 dias	61 e 90 dias	91 e 180 dias	181 e 360 dias	Acima de 360 dias	Total
<b>Pessoa Física</b>	<b>109.300</b>	<b>15.081</b>	<b>29.047</b>	<b>39.661</b>	<b>2.523</b>	<b>195.611</b>	<b>70.681</b>	<b>15.812</b>	<b>28.242</b>	<b>42.484</b>	<b>1.968</b>	<b>159.187</b>
<b>Pessoa Jurídica</b>	<b>119.374</b>	<b>28.304</b>	<b>60.874</b>	<b>51.109</b>	<b>3.148</b>	<b>262.809</b>	<b>86.380</b>	<b>13.423</b>	<b>43.740</b>	<b>50.605</b>	<b>43.128</b>	<b>237.275</b>
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	-	-	-	-	848	848	-	-	-	-	848	848
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aqüicultura	8.854	190	4.052	916	0	14.013	4.198	169	1.124	1.538	0	7.028
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	561	0	122	8	-	692	34	111	8	291	-	444
Alojamento e Alimentação	668	140	486	1.510	0	2.805	646	118	842	1.027	46	2.680
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	832	18	0	45	97	991	50	0	790	156	-	996
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	1.183	557	697	3.274	137	5.849	870	304	2.437	6.770	0	10.380
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	1.819	0	30	62	0	1.912	10	0	48	66	3.255	3.378
Atividades Imobiliárias	186	0	3.417	238	0	3.841	968	3.494	7	238	0	4.707
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	158	9	291	137	-	596	53	14	36	229	-	332
Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	26.141	16.992	36.029	25.205	1.139	105.505	25.722	4.300	18.349	20.215	1.771	70.356
Construção	23.554	4.991	3.496	4.864	740	37.645	19.927	3.024	4.566	5.358	722	33.596
Educação	133	21	86	129	-	368	113	53	150	15	-	331
Eletricidade e Gás	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	0
Indústrias de Transformação	23.930	4.281	10.072	8.206	120	46.608	24.668	1.343	9.206	6.672	36.218	78.107
Indústrias Extrativas	1.221	253	310	59	-	1.843	857	0	533	2	-	1.392
Informação e Comunicação	91	4	66	99	0	260	824	16	38	403	0	1.281
Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Atividades de Serviços	57	45	248	96	0	445	488	21	38	70	85	701
Saúde Humana e Serviços Sociais	204	22	17	305	14	562	159	31	21	6.599	183	6.994
Serviços Domésticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte, Armazenagem e Correio	29.781	783	1.456	5.954	53	38.027	6.796	425	5.548	956	0	13.725
Outros	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	0
<b>Total Geral</b>	<b>228.674</b>	<b>43.385</b>	<b>89.921</b>	<b>90.770</b>	<b>5.671</b>	<b>458.421</b>	<b>157.061</b>	<b>29.235</b>	<b>71.982</b>	<b>93.089</b>	<b>45.096</b>	<b>396.463</b>

Valores em R\$ mil

Região	Prudencial											
	dez/15						set/15					
	15 e 60 dias	61 e 90 dias	91 e 180 dias	181 e 360 dias	Acima de 360 dias	Total	15 e 60 dias	61 e 90 dias	91 e 180 dias	181 e 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Centro - Espírito Santo	64.307	28.865	48.403	53.534	2.168	197.276	53.828	13.541	40.751	52.844	5.201	166.165
Norte - Espírito Santo	70.646	4.694	22.124	15.647	851	113.963	46.791	9.606	14.564	17.930	37.174	126.064
Sul - Espírito Santo	74.482	9.769	18.231	18.168	2.623	123.272	38.689	5.467	14.356	19.382	2.699	80.592
Outras Cidades *	19.239	58	1.162	3.421	29	23.909	17.753	622	2.312	2.933	23	23.643
<b>Total Geral</b>	<b>228.674</b>	<b>43.385</b>	<b>89.921</b>	<b>90.770</b>	<b>5.671</b>	<b>458.421</b>	<b>157.061</b>	<b>29.235</b>	<b>71.982</b>	<b>93.089</b>	<b>45.096</b>	<b>396.463</b>

\* São Paulo, Nanuque e Teixeira de Freitas

## Operações Baixadas para Prejuízo e Provisões para Perdas

Montante de provisões para perdas relativas às exposições ao risco de crédito e fluxo das operações baixadas para prejuízo por trimestre:

Valores em R\$ mil

Setor Econômico	Prudencial							
	dez/15				set/15			
	Saldo Inicial	Constituição Líq. do Período	Baixa para Prejuízo	Saldo Final	Saldo Inicial	Constituição Líq. do Período	Baixa para Prejuízo	Saldo Final
<b>Pessoa Física</b>	<b>-101.239</b>	<b>-21.772</b>	<b>20.306</b>	<b>-102.705</b>	<b>-93.507</b>	<b>-22.180</b>	<b>14.447</b>	<b>-101.239</b>
<b>Pessoa Jurídica</b>	<b>-194.100</b>	<b>-35.457</b>	<b>37.814</b>	<b>-191.743</b>	<b>-210.182</b>	<b>-56.504</b>	<b>72.586</b>	<b>-194.100</b>
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	-	-	-	-	-	-	-	-
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aqüicultura	-4.945	254	1.538	-3.153	-5.091	139	8	-4.945
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	-1.578	-8	291	-1.295	-1.585	6	-	-1.578
Alojamento e Alimentação	-1.921	-475	287	-2.109	-1.300	-750	130	-1.921
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	-391	94	38	-259	-186	-206	1	-391
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	-9.421	-1.218	5.623	-5.016	-7.772	-2.657	1.009	-9.421
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	-861	-2.761	3.262	-361	-25.303	-42	24.484	-861
Atividades Imobiliárias	-2.721	27	-	-2.695	-2.973	-75	326	-2.721
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	-462	-102	127	-437	-1.185	-30	752	-462
Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	-51.041	-54.392	10.978	-94.455	-41.190	-17.355	7.505	-51.041
Construção	-19.731	-1.599	2.849	-18.480	-44.478	-2.901	27.647	-19.731
Educação	-311	-115	12	-413	-416	38	67	-311
Eletricidade e Gás	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústrias de Transformação	-84.130	27.936	5.787	-50.407	-54.412	-32.302	2.584	-84.130
Indústrias Extrativas	-1.044	60	2	-982	-4.579	451	3.084	-1.044
Informação e Comunicação	-646	-74	335	-385	-2.164	35	1.483	-646
Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Atividades de Serviços	-301	-139	90	-350	-286	-27	11	-301
Saúde Humana e Serviços Sociais	-7.779	75	6.447	-1.256	-7.720	-58	-	-7.779
Serviços Domésticos	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte, Armazenagem e Correio	-6.818	-3.019	147	-9.690	-9.542	-771	3.494	-6.818
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total Geral</b>	<b>-295.339</b>	<b>-57.229</b>	<b>58.120</b>	<b>-294.448</b>	<b>-303.688</b>	<b>-78.684</b>	<b>87.033</b>	<b>-295.339</b>

## Instrumentos Mitigadores

Valor total mitigado na parcela de alocação de capital para risco de crédito pelos instrumentos definidos nos artigos 36 a 39 da Circular nº 3.644/2013 do Banco Central do Brasil.

Valores em R\$ mil

Instrumentos Mitigadores						
Tipo de Mitigador	FPR do Mitigador	Prudencial				Financeiro
		dez/15	set/15	jun/15	mar/15	dez/14
Depósitos à vista, depósitos a prazo, depósitos de poupança, em ouro ou em títulos públicos federais	0%	12.284.626	12.007.588	8.170.770	8.206.140	7.455.759

## Operações de aquisição, venda ou transferência de ativos financeiros

O Banestes adquiriu créditos consignados de outras instituições financeiras, com taxas prefixadas, com prazo máximo de 60 meses, e todas contratadas com coobrigações dos cedentes. As operações adquiridas antes de janeiro de 2012 foram registradas no título contábil 1.6.1.20.00-8 - Empréstimos - Pessoa Física, pelo valor futuro retificadas pelas rendas a apropriar e contabilizadas no resultado, no título contábil 7.1.1.05.00-6 - Rendas de Empréstimos, segundo o regime de competência.

No primeiro semestre de 2014, foram adquiridas novas operações de créditos consignados de outras Instituições Financeiras, e foram registradas em Créditos Vinculados a Operações Adquiridas em Cessão, no subtítulo contábil 1.8.8.75.10-0 - De Operações de Créditos pelo valor futuro, retificadas pelas rendas a apropriar e contabilizadas em Rendas de Créditos Vinculados a Operações Adquiridas em Cessão, no subtítulo contábil 7.1.9.10.10-5 - De Operações de Crédito, segundo o regime de competência, conforme procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 3.533, do Conselho Monetário Nacional.

A seguir apresentamos as informações relativas às operações enquadradas na Resolução nº 3.533:

Valores em R\$ mil

Operações de aquisição, venda ou transferência de ativos financeiros											
Exposições Adquiridas		Prudencial								Financeiro	
		dez/15		set/15		jun/15		mar/15		dez/14	
Tipo de Exposição	Tipo de Cedente	Com Retenção de Risco <sup>1</sup>	Sem Retenção de Risco <sup>2</sup>	Com Retenção de Risco <sup>1</sup>	Sem Retenção de Risco <sup>2</sup>	Com Retenção de Risco <sup>1</sup>	Sem Retenção de Risco <sup>2</sup>	Com Retenção de Risco <sup>1</sup>	Sem Retenção de Risco <sup>2</sup>	Com Retenção de Risco <sup>1</sup>	Sem Retenção de Risco <sup>2</sup>
Crédito Consignado	Instituições Financeiras	0,00	22.239,34	0,00	24.340,38	0,00	30.247,40	0,00	31.690,22	0,00	35.201,63

(1) Com retenção de risco: Operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

(2) Sem retenção de risco: Operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.



## Operações de Securitização

A seguir demonstramos o total das exposições de securitização compostas por investimentos em títulos e valores mobiliários:

Valores em R\$ mil

Operações de Securitização				Prudencial				Financeiro
Tipo de Securitização	Tipo de Título de Securitização <sup>2</sup>	Classe do Título de Securitização <sup>3</sup>	Tipo de Ativo Subjacente <sup>4</sup>	dez/15	set/15	jun/15	mar/15	dez/14
Securitização Tradicional <sup>1</sup>	FIDC	Sem subordinação (Cota Sênior)	Outros créditos	20.141,77	0,00	219,88	848,81	1.436,60
	FIDC	Sem subordinação (Cota Sênior)	CDC Veículos	14.429,43	0,00	0,00	0,00	0,00
	CRI	Sem subordinação	Crédito Imobiliário	70.913,91	69.050,25	70.409,93	69.262,06	69.564,00
<b>TOTAL</b>				<b>105.485,11</b>	<b>69.050,25</b>	<b>70.629,81</b>	<b>70.110,87</b>	<b>71.000,60</b>

(1) Securitização tradicional consiste no processo de agrupar vários tipos de ativos financeiros, convertendo-os em títulos de securitização negociáveis no mercado de capitais, sendo que o fluxo de recebimentos associados a esses ativos é utilizado para a sua

(2) Títulos ou valores mobiliários oriundos de processo de securitização (CRI, FIDC).

(3) Classe do título ou valor mobiliário, no que se refere à subordinação dessa às demais: sem subordinação.

(4) Tipo de ativo subjacente que lastreia a emissão: fluxo de recebíveis dos clientes, aluguéis, contratos de compra e venda entre as partes, contratos de financiamento de apartamentos, casas e lotes.

## 3.2 Risco de Mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Tal definição abrange todas as posições de risco classificadas como aquelas que sofrem interferência da variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

Para o controle desse risco, o Banestes possui uma estrutura de gerenciamento, composta por área específica que realiza o acompanhamento de todas as posições (ativas e passivas) incluídas tanto na carteira de negociação (*Trading*) como na carteira de não negociação (*Banking*).

### Objetivos

Em conformidade com a Resolução n.º 3.464/2007 do Conselho Monetário Nacional, o Banestes possui a sua Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, a qual apresenta um conjunto de diretrizes que têm como objetivo estabelecer limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de mercado, tanto da carteira de negociação como para as demais posições, em níveis considerados aceitáveis pela Instituição e ainda subsidiar a Alta Administração a traçar políticas de investimentos eficientes.

Em complemento, visando mitigar o risco de mercado das operações realizadas pelo Banestes, a Instituição busca alcançar o casamento entre taxas e prazos para o fluxo das operações ativas e passivas.

Ademais, para tratamento dos depósitos que não possuem vencimento definido, como é o caso da Poupança, do Depósito Judicial e do Depósito à Vista, os cálculos são realizados considerando prazos baseados em expectativas de manutenção de depósitos e de saques por parte dos clientes. Quanto à liquidação antecipada de empréstimos, o Banestes não adota nenhuma premissa específica, pois esse evento não é considerado representativo frente ao volume total de operações.

Salienta-se ainda que o Banestes classifica as operações conforme a intenção de negociação, a qual é apresentada a seguir:

- **Carteira de Negociação:** títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e freqüentemente negociados, através de operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros elementos desta carteira, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. Suas operações são aquelas destinadas a revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços, efetivos ou esperados e realização de arbitragem.
- **Mantidos até o vencimento:** títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira para mantê-los em carteira até o vencimento.
- **Disponíveis para a venda:** títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas categorias anteriores.

## Diretrizes

Na gestão do Risco de Mercado o Banestes:

- Avalia diariamente a exposição ao risco de mercado do conglomerado e de suas empresas subsidiárias, segregada e/ou conjuntamente, visando mantê-la em níveis considerados aceitáveis pela Instituição.
- Tem estabelecido, em normativo interno, o limite operacional máximo de exposição ao risco de mercado aceitável pela Instituição, tanto para a carteira de negociação quanto para a carteira de não negociação.
- Realiza *Backtesting* para verificar a precisão do modelo de apuração de risco de mercado.
- Adota, como estratégia de gerenciamento de risco de mercado, métodos de análise de cenários e testes de estresse através de simulação de comportamento de diferentes variáveis financeiras que impactam no resultado das carteiras do Banestes, possibilitando verificar os efeitos nas carteiras em diferentes cenários, como perdas inerentes de um momento de crise.

## **Análise de Sensibilidade**

A análise de sensibilidade é um instrumento que permite a mensuração do impacto das variações de mercado, tais como, taxa de juros, cotações de moedas, ações e fundos de investimentos sobre os instrumentos financeiros do Banestes.

Trimestralmente, é realizada a análise de sensibilidade das exposições financeiras da carteira de negociação (*Trading*), considerando movimentos de mercado sobre as posições.

A base legal que orienta a realização desse procedimento é a Instrução nº 475/2008 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, que dispõe sobre os critérios para a realização dos cálculos, devendo essas informações serem divulgadas em conjunto com as notas explicativas das demonstrações financeiras.

Essas análises de sensibilidade são realizadas a partir da construção dos seguintes cenários que apresentam condições que poderiam afetar negativamente as posições:

- **Cenário 1: Situação provável:** Foi adotada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado, considerando as condições existentes em dez/2015.
- **Cenário 2: Situação possível:** Foi adotada como premissa a deterioração de 25% nas variáveis de risco de mercado, considerando as condições existentes em dez/2015.
- **Cenário 3: Situação remota:** Foi adotada como premissa a deterioração de 50% nas variáveis de risco de mercado, considerando as condições existentes em dez/2015.

No quadro a seguir encontram-se sintetizados os resultados apurados no período de dez/2014 a dez/2015:

Valores em R\$ mil

Período	Fator de Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
dez/15	Taxa prefixada de juros	-382	-9.380	-18.430
	Índices de preços	-35	-824	-1.557
	Moedas	-155	-3.864	-7.729
	Fundos	-88	-2.085	-4.079
set/15	Taxa prefixada de juros	-343	-8.428	-16.546
	Índices de preços	-36	-855	-1.616
	Moedas	-91	-2.273	-4.546
	Fundos	-32	-734	-1.353
jun/15	Taxa prefixada de juros	-381	-9.369	-18.403
	Índices de preços	-35	-823	-1.568
	Moedas	-100	-2.499	-4.998
	Fundos	-31	-725	-1.347
mar/15	Taxa prefixada de juros	-246	-6.044	-11.858
	Índices de preços	-18	-826	-1.585
	Moedas	-69	-1.727	-3.454
	Fundos	-112	-2.924	-5.757
dez/14	Taxa prefixada de juros	-195	-4.780	-9.364
	Índices de preços	-20	-833	-1.598
	Moedas	-135	-3.366	-6.733
	Fundos	-155	-4.023	-7.973

A carteira *Trading* analisada é composta por títulos públicos, títulos privados, operações compromissadas, moedas estrangeiras e fundos.

## Mensuração do Risco de Mercado

### Risco da carteira de negociação

Para o gerenciamento de risco de mercado da carteira *Trading* utiliza-se as metodologias definidas pelo Bacen para os riscos das posições de taxas de juros, taxas de câmbio, *commodities* e ações. Na mensuração do risco de mercado, as posições classificadas na carteira de negociação (*Trading*) são marcadas a mercado utilizando metodologias de avaliação a mercado ou de avaliação por modelo de apreçamento amplamente aceitas no mercado. As volatilidades e correlações utilizadas para a apuração das parcelas de risco da carteira de negociação são extraídas do sítio eletrônico do Bacen.

### Risco de taxas de juros da carteira de não negociação

As posições classificadas na carteira de não negociação (*Banking*) têm os seus riscos apurados pela metodologia VaR (*Value at Risk* - Valor em Risco) paramétrico, o qual representa uma medida de perda máxima esperada em valores monetários, sob condições normais de mercado, considerando um nível escolhido de 99% de intervalo de confiança e um horizonte de tempo de 10 dias, sendo que as volatilidades são apuradas por meio de um modelo de alisamento exponencial - EWMA (Médias Móveis Exponencialmente Ponderadas).

De acordo com a Circular 3.365/2007 do Bacen, são realizados testes de estresse para estimar a variação do valor de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação em relação ao PR, com utilização de choque compatível com o 1º e o 99º percentis de uma distribuição histórica de variações nas taxas de juros, considerando o período de manutenção (holding period) de um ano e o período de observação de cinco anos. Os testes são realizados individualmente para cada fator de risco que contribua com no mínimo 5% (cinco por cento) do total das exposições referentes às operações não classificadas na carteira de negociação e, de forma agregada, para as operações remanescentes. Além disso, é estimado a quantidade de pontos-base de choques paralelos de taxas de juros necessários para acarretar reduções do valor de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação correspondentes a 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) do PR.

São realizadas, também, análises de sensibilidade às variações nas taxas de juros para as posições classificadas na carteira de não negociação, adotando-se a metodologia de marcação a mercado e os seguintes cenários:

- **Cenário 1:** Aplicação de choques de 1% nas taxas de juros prefixadas em reais, de cupons de moedas estrangeiras, de cupons de inflação e de índices de taxas de juros, tanto de alta quanto de queda, de forma a considerar a maior perda resultante por fator de risco.
- **Cenário 2:** Aplicação de choques de 25% nas taxas de juros prefixadas em reais, de cupons de moedas estrangeiras, de cupons de inflação e de índices de taxas de juros, tanto de alta quanto de queda, de forma a considerar a maior perda resultante por fator de risco.
- **Cenário 3:** Aplicação de choques de 50% nas taxas de juros prefixadas em reais, de cupons de moedas estrangeiras, de cupons de inflação e de índices de taxas de juros, tanto de alta quanto de queda, de forma a considerar a maior perda resultante por fator de risco.

Valores em R\$ mil

Risco de variação nas taxas de juros por fator de risco	Prudencial		
	31/12/2015		
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Prefixada	-5.311	-124.885	-235.170
Cupons Cambiais	-13	-348	-746
Índices de Preços	-6.593	-151.348	-278.409
TJLP	-20	-477	-903
TR	-2.021	-45.461	-82.017

## Exposição ao Risco de Mercado

Com relação ao cálculo do risco de mercado das operações classificadas na carteira de negociação (*Trading*) foram consideradas as seguintes posições no período de dez/2014 a dez/2015:

Fatores de Risco de Mercado	Prudencial								Financeiro	
	dez/15		set/15		jun/15		mar/15		dez/14	
	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido
Taxa de câmbio	335.907	338.565	390.203	392.747	323.055	324.483	360.517	362.557	311.553	313.726
Taxa de juros	3.599.053	0	3.215.997	0	3.336.186	0	2.380.388	0	1.860.636	0
Preço de ações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Preço de mercadorias ( <i>commodities</i> )	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

## VaR Pré e VaR Pré Médio

Quanto aos valores do VaR Pré e VaR Pré Médio que compõem o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas, os resultados encontram-se descritos a seguir:

	Prudencial				Financeiro
	dez/15	set/15	jun/15	mar/15	dez/14
VaR Pré	999	2.617	646	762	780
VaR Pré Médio (60 dias)	1.567	1.071	673	756	1.100

### 3.3 Risco de Liquidez

---

Conforme estabelecido pela Resolução n.º 4.090/2012 do Conselho Monetário Nacional, o Risco de Liquidez é definido como:

I - a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

II - a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

---

A Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez do Banestes é um conjunto de diretrizes que tem como objetivo estabelecer limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de liquidez nos níveis estabelecidos pela administração da Instituição, adotando uma tolerância ao risco de liquidez compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da sua exposição a esse risco.

Para controlar esse risco o Banestes adota as devidas medidas para estabilizar a liquidez do Banco. Esse controle é realizado pela estrutura de gerenciamento, a qual foi implementada pela Instituição visando acompanhar as operações das empresas que compõem o Conglomerado Prudencial.

#### Diretrizes

Na gestão do Risco de Liquidez o Banestes adota as seguintes diretrizes:

- Definição clara de uma tolerância ao risco de liquidez adequada à sua estratégia de negócios e seu papel no sistema financeiro.
- Acompanhamento permanente das posições assumidas em todas as operações praticadas nos mercados financeiros e de capitais, de forma a evidenciar o risco de liquidez decorrente das atividades desenvolvidas.
- A avaliação da exposição ao risco de liquidez é realizada pela análise do descasamento entre as posições ativas e passivas do Banestes:
  - ✓ É levado em consideração o tipo de ativo e passivo e o prazo de vencimento na avaliação da exposição ao risco.
  - ✓ Monitoramento periódico das operações com prazo de vencimento inferior a 90 (noventa) dias.
- Elaboração de análises econômico-financeiras e relatórios que permitam:

- ✓ Avaliar o impacto dos diferentes cenários na condição de liquidez de seus fluxos de caixa, levando em consideração, inclusive, fatores internos e externos à Instituição.
- ✓ O monitoramento dos riscos de liquidez assumidos.
- Avaliações voltadas à identificação de mecanismos e instrumentos que permitam a obtenção dos recursos necessários à reversão de posições que coloquem em risco a situação econômico-financeira da Instituição, englobando as alternativas de liquidez disponíveis nos mercados financeiro e de capitais.
- Realização de testes periódicos de avaliação dos sistemas de controles implantados, incluindo testes de estresse e quaisquer outros que permitam a identificação de problemas que, de alguma forma, possam comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Instituição.
- Promoção da disseminação das informações e análises empreendidas sobre o risco de liquidez detectado aos diversos setores diretivos e gerenciais da Instituição, bem como das conclusões e providências adotadas.
- Estabelecimento de Plano de Contingência contendo estratégias de administração de situações de crise de liquidez, incluindo procedimentos para a geração de caixa em situações emergenciais.

## **Mensuração do Risco de Liquidez**

Assim como na mensuração do risco de mercado, para o risco de liquidez as apurações são realizadas considerando as posições classificadas na carteira de negociação marcadas a mercado conforme o valor de cotação desses elementos; já as posições classificadas na carteira de não negociação têm as suas apurações considerando o devido valor na curva.

Em complemento, também são realizadas as análises por intermédio do acompanhamento do caixa do Banco, e a área gestora é responsável por disparar sinais indicando a eventual necessidade de acionamento do Plano de Contingência.



### **3.4. Risco Operacional**

---

O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se, nessa definição, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e as indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

---

O Banestes, em atendimento aos princípios estabelecidos pelo Novo Acordo de Capital da Basileia, conhecido como Basileia II e à Resolução nº 3.380/2006 do Conselho Monetário Nacional, implementou uma estrutura de gerenciamento do risco operacional compatível com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Instituição, responsável pela identificação, classificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco operacional.

O gerenciamento de risco operacional é realizado por unidade específica, subordinada à Diretoria de Riscos e Controle, segregada da unidade executora da atividade de auditoria interna, bem como das áreas relacionadas aos negócios.

As matérias ligadas à gestão de riscos operacionais e controles internos do Banestes, envolvendo aspectos qualitativos e quantitativos são analisadas pela Diretoria de Riscos e Controle, e reportadas ao Colegiado da Diretoria e ao Conselho de Administração para deliberação.

#### **Objetivos**

A política de gerenciamento de risco operacional é revisada e aprovada pelo Colegiado da Diretoria, e homologada pelo Conselho de Administração. Contém os conceitos, os benefícios, as diretrizes e os papéis e as responsabilidades, visando garantir a efetividade do modelo de gestão do risco operacional, que é decisivo para uma Instituição saudável e segura, pois diminui os fatores geradores de risco e, na proporção inversa, aumenta, com segurança, a rentabilidade de seus negócios.

O processo de gestão de risco operacional do Banestes percorre toda a Instituição, até a Alta Administração, e compreende as seguintes etapas:

- Identificação dos riscos e controles existentes pela Gerência de Controles Internos e Compliance em conjunto com o gestor por meio do mapeamento das atividades do processo.
- Classificação dos riscos identificados, de acordo com a política de gerenciamento de risco operacional.

- Avaliação dos riscos pelo gestor proprietário do risco, com o apoio e orientação da Gerência de Controles Internos e Compliance, para determinar o nível de risco, fornecendo a base para as decisões sobre o seu tratamento.
- Tratamento, na qual o gestor proprietário do risco em conjunto com a Gerência de Controles Internos e Compliance define os planos de ação para mitigação dos riscos identificados, bem como os prazos para implementação.
- Monitoramento, que é realizado periodicamente pela Gerência de Controles Internos e Compliance por meio de entrevistas com o gestor proprietário do risco com o objetivo de rever os riscos existentes, detectar mudanças no contexto interno/externo, bem como identificar novos riscos.

Os riscos relevantes identificados e as ações necessárias para mitigação são reportados à Diretoria de Riscos e Controle e, posteriormente ao colegiado da Diretoria e ao Conselho de Administração por meio de Diagnóstico de Risco que apresenta a real exposição da Instituição aos diversos riscos que podem afetar o negócio, permitindo à Alta Administração agir de forma pró-ativa na tomada de decisões e viabilizar o tratamento dos riscos de forma adequada, mantendo um nível aceitável de exposição, sem comprometer o bom desempenho dos negócios.

Após aprovação do Colegiado da Diretoria e homologação do Conselho de Administração as Matrizes de Riscos Operacionais são disponibilizadas aos gestores proprietários do risco para acompanhamento e implementação dos planos de ação, assim como à Gerência de Auditoria Interna e ao Comitê de Auditoria.

## **Mensuração do Capital referente ao do Risco Operacional**

A parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente ao risco operacional ( $RWA_{OPAD}$ ) do Conglomerado Prudencial é calculada com base na metodologia “Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada”, considerando as alterações dos normativos do Banco Central do Brasil e recomendações divulgadas pelo Comitê de Basileia para Supervisão Bancária – Basileia III.

O capital a ser alocado com essa metodologia é obtido pela aplicação dos fatores de 15% sobre os valores agregados das linhas de negócio “Varejo” e “Comercial” (composto pelo saldo das operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, outras operações com características de concessão de crédito e títulos e valores mobiliários não classificados na carteira de negociação) e 18% sobre os valores agregados das demais linhas de negócios.

Nas linhas “Varejo” e “Comercial”, antes da aplicação do percentual citado, aplica-se sobre o saldo de suas operações o coeficiente de 3,5%. Para o cálculo referente ao Conglomerado Prudencial, durante o período de transição são utilizados os dados correspondentes aos semestres em que sejam exigidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

## **Base de Perdas Associadas ao Risco Operacional**

A Gerência de Controle Internos e Compliance concilia com a contabilidade e armazena as perdas operacionais em uma base única, possibilitando conhecer e mitigar as perdas capazes de impactar ou impedir o alcance dos objetivos e metas da Instituição. As perdas são classificadas de acordo com os eventos de risco operacional definidos na Resolução nº 3.380/2006 do CMN, listados a seguir:

- fraudes internas;
- fraudes externas;
- demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Instituição;
- aqueles que acarretem a interrupção das atividades da Instituição;
- falhas em sistemas de tecnologia da informação e comunicação;
- falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da Instituição.

## **Risco Operacional - Empresas do Grupo**

O gerenciamento do risco operacional da Banestes Seguros S.A. - Banseg é realizado por empresa de consultoria, por meio de avaliações anuais de riscos e controles compostas pela identificação, classificação e mensuração dos riscos das atividades.

Os critérios de mensuração de riscos são utilizados de forma uniforme por toda a Banseg, permitindo identificar as prioridades, além de facilitar o conhecimento das características dos riscos, tornando possível uma melhor implementação das atividades de controles, possibilitando um conhecimento dos riscos que têm maior impacto ou ocorrem com mais frequência.

A empresa de consultoria também expressa sua opinião sobre os resultados de cada avaliação, inclusive com sugestões de planos de ação para eventuais melhorias das exposições detectadas e aprimoramento dos controles, com o objetivo de reduzir as exposições acima dos limites desejados, porém, a análise e decisão sobre a implementação dos planos sugeridos são de responsabilidade da Seguradora, sendo função da Consultoria apoiar o seu planejamento e execução.

Por sua vez, a Banestes Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - Banestes DTVM S.A., também contratou empresa de consultoria que atuou no gerenciamento do risco operacional e auxiliou no desenvolvimento da política de gestão desse risco, a qual estabelece diretrizes, atribuições e responsabilidades para a implementação do plano de gerenciamento dos riscos operacionais, coibindo e mitigando a ocorrência de falhas nos processos operacionais que

exponham a Instituição a prejuízos financeiros diretos e indiretos, contemplando processos de melhoria contínua.

A política de gestão de riscos da Banestes DTVM é compatível com a natureza e a complexidade das operações, produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Instituição e visa assegurar:

- níveis adequados de exposição a riscos globais;
- processo de gestão de riscos incorporado nos procedimentos e na cultura da Banestes DTVM;
- a continuidade e solidez dos negócios no longo prazo;
- acompanhamento da evolução dos negócios considerando os níveis de riscos associados;
- e
- disseminação da cultura de gerenciamento de riscos para toda a Instituição.

### **Gestão de Continuidade de Negócios - GCN**

O Banestes em conformidade com a Resolução n.º 3.380/2006, do Conselho Monetário Nacional - CMN e expedida pelo Banco Central do Brasil - Bacen, adotou como guia de melhores práticas de mercado a Norma Brasileira de Gestão de Continuidade de Negócios - NBR 15.999, visando aprimorar o ambiente de gestão de riscos da Instituição.

A política de Gestão de Continuidade de Negócios - GCN, aprovada pelo Colegiado da Diretoria e homologada pelo Conselho de Administração, estabelece as diretrizes para assegurar a continuidade dos seus processos essenciais, reduzindo as possíveis perdas e contribuindo para alavancagem dos resultados.

A política de Gestão de Continuidade de Negócios estabelece diretrizes para assegurar a continuidade dos processos essenciais, reduzindo os possíveis impactos à Instituição e garantindo que ela responda às ameaças de forma planejada, quando há ocorrência de incidente, mantendo suas operações em um nível aceitável, inclusive definindo papéis e responsabilidades no processo.

## 4. GERENCIAMENTO DE CAPITAL

### 4.1. Patrimônio de Referência (PR)

O Banestes, buscando adotar melhores práticas de mercado e atender a Resolução nº 3.988, do Conselho Monetário Nacional - CMN, implementou a sua estrutura de gerenciamento de capital, cujo processo está compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a riscos.

O Banco também possui uma política de gerenciamento de capital, no qual estabelece as estratégias e diretrizes para a manutenção de capital compatível com os riscos incorridos pela Instituição, considerando seus objetivos estratégicos, bem como as metas indicadas no Guidance, por meio de um processo contínuo de monitoramento e controle do capital. Como parte deste monitoramento são realizadas simulações de eventos severos e de condições extremas de mercado (testes de estresse), buscando avaliar seus impactos no capital, as quais são reportadas à Alta Administração, de forma a serem consideradas no planejamento estratégico de negócios e de capital.

Esse capital de uma Instituição Financeira é o Patrimônio de Referência – PR que é o patrimônio base utilizado na verificação do cumprimento dos limites operacionais de natureza regulamentar pelo Banestes.

O conceito de Patrimônio de Referência foi instituído pelo Acordo de Basileia, implementado no Brasil pela Resolução CMN nº 2.099/1994. Em outubro de 2013, buscando fortalecer a capacidade dos bancos de absorverem perdas, reduzindo a probabilidade de crises sistêmicas, aprimorar as práticas de gestão e governança de riscos e aumentar as oportunidades de negócio e expansão internacional, foi implantada no Brasil a nova estrutura de capital, seguindo orientações de Basileia III, a qual está definida nos termos das Resoluções CMN nº 4.192/2013 e 4.278/2013, instituindo a composição do PR como o somatório do Nível I e Nível II, onde:

- **Nível I:** Instrumentos de Capital aptos a absorver perdas durante o funcionamento da Instituição. É composto pelo **Capital Principal**, o qual consiste na soma do capital social, reservas e lucros retidos, menos deduções e ajustes prudenciais, bem como pelo **Capital Complementar**, apurado pelo somatório de instrumentos híbridos de capital e dívida subordinada.
- **Nível II:** Instrumentos de Dívida aptos à absorver perdas quando da liquidação da Instituição financeira. É composto por instrumentos elegíveis não presentes no Nível I.

No Banestes, o PR é composto somente pelo Nível I, mais especificamente pelo Capital Principal, o qual é considerado o capital de melhor qualidade.

Por intermédio do gerenciamento do capital, o Banestes visa manter o Patrimônio de Referência - PR compatível com o grau de risco de seus ativos, estando sempre alinhado ao índice mínimo de 11% conforme regulamentado pelo Banco Central do Brasil.

Apresentamos o detalhamento das informações referentes ao Patrimônio de Referência:

Valores em R\$ mil

	Patrimônio de Referência				
	Prudencial				Financeiro
	dez/15	set/15	jun/15	mar/15	dez/14
Capital Principal	1.150.507	1.134.644	1.109.531	1.084.485	1.058.207
Capital Complementar	0	0	0	0	0
<b>Patrimônio de referência - Nível I</b>	<b>1.150.507</b>	<b>1.134.644</b>	<b>1.109.531</b>	<b>1.084.485</b>	<b>1.058.207</b>
<b>Patrimônio de referência - Nível II</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)</b>	<b>1.150.507</b>	<b>1.134.644</b>	<b>1.109.531</b>	<b>1.084.485</b>	<b>1.058.207</b>

Conforme Resolução CMN nº 4192/2013, desde 1º de janeiro de 2015 a apuração do Patrimônio de Referência passou a ser realizado com base no Conglomerado Prudencial.

## 4.2. Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)

Alocar capital é a ação de estabelecer capital necessário para suportar os riscos assumidos nos negócios. O RWA representa o patrimônio (capital mínimo) exigido das instituições financeiras para fazer frente aos riscos em que estão expostas, em função de seus ativos, sendo composto pelo somatório das parcelas de risco de crédito, mercado e operacional.

Conforme resolução CMN nº 4.193/2013, o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) é composto do somatório de seis parcelas:

$$RWA = RWA_{CPAD} + RWA_{CAM} + RWA_{JUR} + RWA_{COM} + RWA_{ACS} + RWA_{OPAD}$$

Onde:

### Risco de Crédito:

- $RWA_{CPAD}$ : parcela referente às exposições ponderadas pelo fator de ponderação de risco a elas atribuído.

### Risco de Mercado ( $RWA_{MPAD}$ ):

- $RWA_{CAM}$ : parcela referente ao risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial;
- $RWA_{JUR}$ : parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros e classificadas na carteira de negociação;

- **RWA<sub>COM</sub>**: parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação do preço das mercadorias (*commodities*);
- **RWA<sub>ACS</sub>**: parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação do preço de ações e classificadas na carteira de negociação;

### Risco Operacional:

- **RWA<sub>OPAD</sub>**: parcela referente ao risco operacional.

Na tabela a seguir é apresentada a evolução das exposições ao risco do Banestes.

Valores em R\$ mil					
Ativos Ponderados pelo Risco	Prudencial				Financeiro
	dez/15	set/15	jun/15	mar/15	dez/14
	<b>Patrimônio de Referência</b>	<b>1.150.507</b>	<b>1.134.644</b>	<b>1.109.531</b>	<b>1.084.485</b>
<b>Exposições ao Risco:</b>					
<b>Parcela exigida para cobertura do risco de crédito (RWAcpad)</b>	<b>4.698.176</b>	<b>4.940.574</b>	<b>5.109.062</b>	<b>5.190.161</b>	<b>5.248.235</b>
FPR de 20%	18.625	68.842	38.000	20.553	13.209
FPR de 35%	45.257	39.993	34.176	30.735	27.308
FPR de 50%	124.497	209.709	320.464	325.796	322.133
FPR de 75%	2.267.327	2.269.432	2.300.965	2.338.873	2.327.601
FPR de 100%	1.837.038	1.958.774	2.037.251	2.103.836	2.182.429
FPR de 150%	0	0	0	0	0
FPR de 250%	405.432	393.824	378.206	370.368	375.555
FPR de 300%	0	0	0	0	0
<b>Parcela exigida para cobertura do risco operacional (RWAopad)</b>	<b>1.032.792</b>	<b>1.032.792</b>	<b>996.589</b>	<b>996.589</b>	<b>846.690</b>
Varejo / Comercial	443.432	443.432	435.415	435.415	320.733
Finanças Corporativas	0	0	0	0	0
Negociações e Vendas	362.501	362.502	336.672	336.672	334.248
Pagamentos e Liquidações	94.792	94.792	92.563	92.563	84.306
Serviços de Agente Financeiro	9.220	9.220	10.127	10.127	8.681
Administração de Ativos	75.418	75.418	77.223	77.223	60.446
Corretagem de Varejo	614	614	680	680	444
Planos de negócios	46.815	46.815	43.909	43.909	37.832
Adicional do Conef	0	0	0	0	0
<b>Parcelas exigidas para cobertura do Risco de Mercado (RWAmpad)</b>	<b>91.820</b>	<b>96.561</b>	<b>87.267</b>	<b>76.681</b>	<b>82.209</b>
<b>Ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas à variação cambial (RWAcam)</b>	<b>21.955</b>	<b>27.159</b>	<b>21.215</b>	<b>18.368</b>	<b>20.677</b>
<b>Operações sujeitas à variação de taxas de juros (RWAjur)</b>	<b>69.865</b>	<b>69.402</b>	<b>66.052</b>	<b>58.312</b>	<b>61.531</b>
Prefixadas denominadas em real (RWAjur1)	46.792	46.344	40.490	33.043	35.366
Cupons de moedas estrangeiras (RWAjur2)	0	0	0	0	0
Cupons de índices de preços (RWAjur3)	23.073	23.058	25.562	25.269	26.165
Cupons de taxas de juros (RWAjur4)	0	0	0	0	0
<b>Operações sujeitas à variação do preço de commodities (RWAcom)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Operações sujeitas à variação do preço de ações (RWAacs)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>5.822.788</b>	<b>6.069.927</b>	<b>6.192.919</b>	<b>6.263.431</b>	<b>6.177.134</b>
<b>Margem em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (PR - RWA*0,11)</b>	<b>510.000</b>	<b>466.952</b>	<b>428.310</b>	<b>395.508</b>	<b>378.722</b>
<b>Índice de Basileia ( IB = PR / RWA )</b>	<b>19,76%</b>	<b>18,69%</b>	<b>17,92%</b>	<b>17,31%</b>	<b>17,13%</b>
<b>Índice de Nível I ( IN1 = Patrimônio de Referência - Nível 1 / RWA )</b>	<b>19,76%</b>	<b>18,69%</b>	<b>17,92%</b>	<b>17,31%</b>	<b>17,13%</b>
<b>Índice de Capital Principal ( ICP = Capital Principal / RWA )</b>	<b>19,76%</b>	<b>18,69%</b>	<b>17,92%</b>	<b>17,31%</b>	<b>17,13%</b>
<b>Montante do PR apurado para cobertura do risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBN)</b>	<b>69.205</b>	<b>114.224</b>	<b>40.584</b>	<b>74.942</b>	<b>72.683</b>

O PR total do Conglomerado Prudencial apurado no período foi de R\$ 1.150.507 mil, que deduzido do RWA (multiplicado por 0,11) e do Risco da Parcela Banking de R\$ 69.205 mil, proporciona uma margem de R\$ 440.795 mil em relação à alocação de capital.

### 4.3. Índices e Margem Financeira

O Banestes, visando garantir solidez e disponibilidade de capital para realizar suas operações, monitora os seus níveis de PR mantendo-os sempre acima do necessário. Para realizar esse monitoramento acompanhamos os índices de supervisão bancária, de acordo com as novas regras de Basileia III da Resolução nº 4.193/2013 do CMN, que são: Índice de Basileia (IB), Índice de Nível 1 (IN1) e Índice de Capital Principal (ICP).

O Índice de Basileia (IB) é um conceito internacional definido pelo Comitê de Basileia de Supervisão Bancária que recomenda a relação mínima de 8% entre o Patrimônio de Referência - PR e os Ativos Ponderados pelo Risco - RWA. No Brasil, a relação mínima exigida é 11%, segundo o artigo 4º da Resolução nº 4.193/2013 do CMN.

O Bacen definiu um cronograma de implementação dos requerimentos mínimos para os montantes de PR, de Nível 1 e de Capital Principal em relação ao montante de RWA já com o adicional de capital principal, cuja definição está contemplada na Resolução do CMN nº 4.193/2013, conforme tabela abaixo:

Cronograma de Requerimentos Mínimos (Resolução Nº 4193/13)							
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Capital Principal (mínimo + adicional)</b>	4,50%	4,50%	4,50%	5,125% a 5,75%	5,75% a 7,0%	6,375% a 8,25%	7,0% a 9,5%
<b>Nível I (mínimo + adicional)</b>	5,50%	5,50%	5,50%	6,625% a 7,25%	7,25% a 8,5%	7,875% a 9,75%	8,5% a 11,00%
<b>PR (mínimo + adicional)</b>	11,00%	11,00%	11,00%	10,5% a 11,125%	10,5% a 11,75%	10,5% a 12,375%	10,5% a 13,0%

O Banestes tem-se mantido, neste ano, dentro dos padrões praticados pelo mercado bancário equilibrando rentabilidade e qualidade de seus ativos, conforme demonstrado nos nossos índices de supervisão bancária, que estão acima do mínimo requerido.

O Índice de Basileia do Banestes Conglomerado Prudencial foi 19,76% em dezembro de 2015 ante 17,13% auferido em dezembro de 2014.

A margem em relação ao Patrimônio de Referência – PR, que representa a possibilidade de alavancagem da Instituição, atingiu o montante de R\$ 440,80 milhões, o que permite ao Banestes um incremento nas operações de crédito de até R\$ 4,0 bilhões.

Abaixo informamos numa tabela a evolução do Índice de Basileia, Índice de Nível I, Índice de Capital Principal e da margem financeira no período de um ano:



Valores em R\$ milhões

Índices e Margem Financeira					
Descrição	Prudencial				Financeiro
	dez/15	set/15	jun/15	mar/15	dez/14
Índice de Basileia	19,76%	18,69%	17,92%	17,31%	17,13%
Índice de Nível I	19,76%	18,69%	17,92%	17,31%	17,13%
Índice de Capital Principal	19,76%	18,69%	17,92%	17,31%	17,13%
Margem Financeira (PR - (RWA*0,11)-RBAN)	440,80	352,73	387,73	320,57	306,04

#### 4.4. Razão de Alavancagem

Dando continuidade às implementações de Basileia III, em outubro de 2015 entrou em vigor a Circular nº 3.748 do Banco Central do Brasil que dispõe sobre a Razão de Alavancagem (RA).

A RA é definida como a razão entre o capital Nível I (capital de mais alta qualidade mantido pelos bancos) e o total de exposições da instituição.

O Banestes apurou no 4º trimestre de 2015 uma exposição total de R\$ 16,4 bilhões e o Capital Nível 1 alcançou o montante de R\$ 1,15 bilhões. Desta forma, a Razão de Alavancagem foi de 7%.

Em 31 de dezembro de 2015

Resumo Comparativo entre Demonstrações Financeiras Publicadas e Razão de Alavancagem		
Número da Linha	Item	Valor (R\$ mil)
1	Ativo total de acordo com as demonstrações financeiras publicadas	18.149.488
2	Ajuste decorrente de diferenças de consolidação contábil	-165.798
3	Ajuste relativo aos ativos cedidos ou transferidos com transferência substancial dos riscos e benefícios e reconhecidos contabilmente	0
4	Ajuste relativo aos valores de referência ajustados e aos ganhos potenciais futuros em operações com instrumentos financeiros derivativos	0
5	Ajuste relativo a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários	8.100
6	Ajuste relativo a operações não contabilizadas no ativo total do conglomerado prudencial	509.198
7	Outros ajustes	-2.053.796
8	<b>Exposição Total</b>	<b>16.447.192</b>

Em 31 de dezembro de 2015

## Modelo Comum de divulgação de informações sobre a Razão de Alavancagem

Número da Linha	Item	Valor (R\$ mil)
<b>Itens contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)</b>		
1	Itens patrimoniais, exceto instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários recebidos por empréstimo e revenda a liquidar em operações compromissadas	9.676.806
2	Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I	-23.651
3	<b>Total das exposições contabilizadas no BP</b>	9.653.155
<b>Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos</b>		
4	Valor de reposição em operações com derivativos	0
5	Ganho potencial futuro decorrente de operações com derivativos	0
6	Ajuste relativo à garantia prestada em operações com derivativos	
7	Ajuste relativo à margem de garantia diária prestada	0
8	Derivativos em nome de clientes em que não há obrigatoriedade contratual de reembolso em função de falência ou inadimplemento das entidades responsáveis pelo sistema de liquidação	0
9	Valor de referência ajustado em derivativos de crédito	0
10	Ajuste sob o valor de referência ajustado em derivativos de crédito	0
11	<b>Total das exposições relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos</b>	0
<b>Operações Compromissadas e de Empréstimo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM)</b>		
12	Aplicações em operações compromissadas e de empréstimo de TVM	6.276.738
13	Ajuste relativo a recompras a liquidar e credores por empréstimo de TVM	0
14	Valor relativo ao risco de crédito da contraparte	8.101
15	Valor relativo ao risco de crédito da contraparte em operações de intermediação	0
16	<b>Total das exposições relativas a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários (soma das linhas 12 a 15)</b>	6.284.839
<b>Itens não contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)</b>		
17	Valor de referência das operações não contabilizadas no BP	1.147.754
18	Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no BP	-638.556
19	<b>Total das exposições não contabilizadas no Balanço Patrimonial</b>	509.198
<b>Capital e Exposição Total</b>		
20	<b>Nível I</b>	1.150.506
21	<b>Exposição Total</b>	16.447.192
<b>Razão de Alavancagem (RA)</b>		
22	<b>Razão de Alavancagem de Basileia III</b>	7,00%

## 5. COMUNICAÇÃO

Periodicamente, são mensuradas as exposições aos diversos tipos de riscos financeiros e não-financeiros pelo Banestes e pelas suas empresas.

A partir desses cálculos, são produzidas informações quantitativas e qualitativas e disponibilizadas à Alta Administração e aos diversos Comitês através de sistemas integrados de gestão de risco e de negócios.

Na gestão do risco de crédito, a Instituição dispõe de um sistema interno com informações desse risco, que são disponibilizadas às áreas de concessão de crédito, recuperação de crédito, diretorias, superintendências regionais e agências focando o gerenciamento dos ativos por segmento, produto, região, classificação de risco dentre outros.

Os empregados têm à disposição canais de comunicação específicos para reportar à Gerência de Controles Internos e Compliance deficiências encontradas, insuficiência de controles, indícios de prática de atos ilícitos e casos suspeitos de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, sendo que a Instituição disponibiliza na intranet uma seção específica que trata de assuntos relacionados ao risco operacional.

Faz parte do processo de gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez a elaboração e envio de relatórios analíticos para a Diretoria. As informações contidas nesses relatórios são de grande importância para a tomada de decisões estratégicas da Instituição e minimização de riscos.

O Banestes trabalha ainda para que o processo de comunicação, que ocorre durante todas as etapas do processo de gerenciamento de riscos, alcance todas as partes interessadas, ou seja, desde a Alta Administração até os demais níveis hierárquicos, tornando-se um importante instrumento para a tomada de decisão e um facilitador na disseminação da cultura.

Quanto aos sistemas de mensuração utilizados pela Instituição, o Banestes faz uso de sistemas de riscos adquiridos com fornecedores especializados ou desenvolvidos internamente. Todos esses sistemas passaram por rigorosos processos de homologação a fim de atender ao Banco de acordo com o escopo e à complexidade das operações.

## **6. BASILEIA III**

As novas recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, conhecida como Basileia III, referem-se a um conjunto de propostas de reforma da regulamentação bancária, as quais foram criadas para reforçar o sistema financeiro após a crise dos subprimes. Um dos objetivos é forçar os Bancos a aumentarem suas reservas de capital para se protegerem de crises.

Em março de 2013, o Bacen divulgou um conjunto de normas que fazem parte da implantação no Brasil das recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia referentes à definição de capital e gestão dos riscos. Essa implantação iniciou-se em outubro de 2013 e será realizada de forma gradual até 2019. Destacamos dentre as implementações a constituição do Conglomerado Prudencial, que modifica o escopo das empresas para consolidação, e alteração dos requerimentos para composição do Patrimônio de Referência (PR).

Conforme os novos normativos, durante o exercício de 2014, os índices de capitais foram apurados com base no Conglomerado Financeiro. E em 1º de janeiro de 2015 o cálculo de capital passou a ter como base o Conglomerado Prudencial, que é composto por empresas financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, administradoras de consórcio, instituições de pagamento, sociedades que realizem aquisição de operações de crédito e fundos de investimento nos quais o conglomerado retenha substancialmente riscos e benefícios. Importante destacar que o Banestes se encontra em conformidade com todas as regras, assim como as diretrizes do acordo de Basileia III.

## 7. BALANÇO PATRIMONIAL

Apresentamos o comparativo do Balanço Conglomerado Prudencial com o Balanço Consolidado publicado nas demonstrações contábeis. Os itens do balanço indicados na coluna Ref Anexo 1 referem-se às informações do Anexo 1.

Balanço Patrimonial: Ativo - 31 de dezembro de 2015			
	Ref Anexo 1	BANESTES Conglomerado Prudencial	BANESTES Consolidado Publicação
<b>ATIVO</b>			
<b>CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		17.681.341.367	18.012.377.144
Disponibilidades		253.607.367	253.849.553
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		6.373.297.991	6.373.297.991
Títulos e Valores Mobiliários		6.012.165.440	6.260.870.066
Relações Interfinanceiras		745.109.287	745.109.287
Relações Interdependências		0	0
Operações de Crédito		3.192.650.981	3.192.650.981
Operações de Arrend. Mercantil		-3.911.451	24.694.627
Outros Créditos		1.036.541.784	1.082.371.390
Outros Valores e Bens		71.879.969	79.533.249
<b>PERMANENTE</b>		345.040.591	137.110.681
Investimentos		141.513.314	3.285.110
<i>Participações em Controladas - No País</i>		138.990.130	0
<i>Participações Superiores a 10% do Capital Social</i>	e	125.196.447	0
<i>Outras Participações</i>		13.793.684	0
<i>Outros Investimentos</i>		2.523.183	3.285.110
Imobilizado de Uso		106.686.546	108.818.364
Imobilizado de Arrendamento		71.278.553	0
Intangível		24.409.734	25.007.207
<i>Adquiridos a partir de Outubro/13</i>	d	12.473.904	12.603.409
<i>Outros Ativos Intangíveis</i>		11.935.830	12.403.797
Diferido	f	1.152.445	0
<b>Total do ATIVO</b>		<b>18.026.381.959</b>	<b>18.149.487.825</b>

Balço Patrimonial: Passivo - 31 de dezembro de 2015			
	Ref Anexo 1	BANESTES Conglomerado Prudencial	BANESTES Consolidado Publicação
<b>PASSIVO</b>			
<b>CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>		16.864.126.003	16.987.231.732
Depósitos		8.824.850.151	8.809.895.634
Captações no Mercado Aberto		5.947.678.829	5.944.325.487
Rec. Ac. Camb. Letr. Imob., Hip. e de Créd., Deb. E Similares		643.018.178	643.018.178
Relações Interfinanceiras		5.064.910	5.064.910
Relações Interdependências		21.102.776	21.102.776
Obrigações por Empréstimos		337.921.664	337.921.664
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais		372.964.836	372.964.836
Outras Obrigações		711.524.660	852.938.247
RECEITAS DIFERIDAS		1.710.650	1.710.650
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES		0	138
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		1.160.545.306	1.160.545.306
Capital	a	1.015.000.000	1.015.000.000
Reservas de Reavaliação	c	4.173.321	4.173.321
Reservas de Lucros	b	141.988.720	141.988.720
Ajuste de Avaliação Patrimonial	c	-616.735	-616.735
Lucros/Prejuízos Acumulados	b	0	0
<b>Total do PASSIVO</b>		<b>18.026.381.959</b>	<b>18.149.487.825</b>

## Instituições participantes do escopo de Consolidação do Balço Patrimonial

**Conglomerado Prudencial:** Composto pelas instituições financeiras Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo e Banestes Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

**Consolidado de Publicação:** Composto pelas empresas Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo, Banestes Seguros S.A., Banestes Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Banestes Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda e Fundo Banestes VGBL.

Apresentamos a seguir o ativo total, o patrimônio líquido e o segmento de atuação das empresas que compõem o Conglomerado Prudencial:

Valores em R\$ mil

Instituições participantes do escopo de Consolidação do Balço Patrimonial - 31 de dezembro de 2015			
Empresa	Total do Ativo	Total do Patrimônio Líquido	Atividade
BANESTES S.A.	16.068.217	1.116.463	Bancária
BANESTES DTVM	20.185	17.813	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

## **Participações societárias relevantes**

Segue descrição das empresas nas quais o Conglomerado Prudencial Banestes possui participação societária relevante:

### **Banestes Seguros S/A**

A Banestes Seguros S.A está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em seguros de danos e pessoas, com foco em automóveis, residencial, prestamistas, vida, acidentes pessoais e seguro de vida gerador de benefícios livres (VGBL) nas seguintes unidades federativas: ES, MG, BA e RJ.

### **Banestes Administradora, Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda**

A Sociedade tem por objetivo social a prestação de serviços de administração e corretagem de seguros, títulos de capitalização, planos de previdência privada, planos de saúde e planos odontológicos e a comercialização de cotas de consórcio, embora esteja apta a atuar em todos os ramos existentes, permitidos pela SUSEP - Superintendência de Seguros Privados. A intermediação de serviços ligados à Previdência e Capitalização e Planos Odontológicos é feita em parceria com o Banestes S.A. e a empresa Icatu Seguros e Banestes S.A. e a empresa Prodent, respectivamente.

## 8. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados pelo valor de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/1995 e deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

Além disso, o Banestes possui controle de 100 (cem) por cento de suas participações societárias, portanto, o risco desses investimentos é nulo.

Segue abaixo a natureza das participações societárias do Banestes.

Participações Societárias - 31 de dezembro de 2015					
Empresas	Atividade	Natureza	Segmento	Valor Contábil	Valor Justo
<b>BANESTES Seguros S.A.</b>	Seguros	Controlada Direta	Capital Fechado	12.196	77.843
<b>BANESTES Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda.</b>	Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização	Controlada Direta	Capital Fechado	13.794	18.398



## 9. ANEXO 1

Número da Linha	Capital Principal: Instrumentos e Reservas	Em 31 de dezembro de 2015		
		Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)	Referência do Balanço Conglomerado
1	Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	1.015.000		a
2	Reserva de Lucros	141.989		b
3	Outras Receitas e Outras Reservas	3.556		c
4	<i>Instrumentos autorizados a compor o Capital Principal antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013</i>			
5	Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Capital Principal	-		
6	<b>Capital Principal antes dos ajustes prudenciais</b>	1.160.545		
	<b>Capital Principal: ajustes prudenciais</b>			
7	Ajustes prudenciais relativos a apreçamento de instrumentos financeiros	-		
8	Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	-		
9	Ativos intangíveis	4.990	12.474	d
10	Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998	-		
11	Ajustes relativos ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos que não tenham seus ajustes de marcação a mercado registrados contabilmente.	-		
12	Diferença a menor entre o valor provisionado e a perda esperada para instituições que usam IRB	-		
13	Ganhos resultantes de operações de securitização			
14	Ganhos ou perdas advindos do impacto de mudanças no risco de crédito da instituição na avaliação a valor justo de itens do passivo			
15	Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido			
16	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-		
17	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao Capital Principal			
18	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	-		
19	Valor agregado das participações líquidas superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas, de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas.	3.902	125.196	e

Número da Linha	Capital Principal: ajustes prudenciais	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)	Referência do Balanço Conglomerado
20	<b>Direitos por serviços de hipoteca</b>			
21	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, acima do limite de 10% do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas		-	
22	Valor que excede a 15% do Capital Principal		-	
23	do qual: oriundo de participações no capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar			
24	do qual: oriundo de direitos por serviços de hipoteca			
25	do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização			
26	Ajustes regulatórios nacionais			
26.a	Ativos permanentes diferidos	1.147	1.152	f
26.b	Investimento em dependência, instituição financeira controlada no exterior ou entidade não financeira que componha o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos		-	
26.c	Instrumentos de captação elegíveis ao Capital Principal emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado		-	
26.d	Aumento de capital social não autorizado		-	
26.e	Excedente ao valor ajustado de Capital Principal		-	
26.f	Depósito para suprir deficiência de capital		-	
26.g	Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		-	
26.h	Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente		-	
26.i	Destaque do PR			
26.j	Outras Diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal Regulatório			
27	Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Principal em função de insuficiência do Capital Complementar e de Nível II para cobrir deduções		-	
28	<b>Total de deduções regulatórias ao Capital Principal</b>	10.039		
29	<b>Capital Principal</b>	1.150.506		
	<b>Capital Complementar: instrumentos</b>			
30	Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar		-	
31	dos quais: classificados como capital social conforme as regras contábeis		-	
32	dos quais: classificados como passivo conforme as regras contábeis		-	
33	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		-	
34	Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Capital Complementar		-	
35	dos quais: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		-	
36	Capital Complementar antes das deduções regulatórias		-	

Número da Linha	Capital Complementar: deduções regulatórias	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)	Referência do Balanço Conglomerado
37	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Capital Complementar, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-		
38	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao capital complementar			
39	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado e que exceda 10% do valor do Capital Complementar	-		
40	Valor agregado dos investimentos líquidos superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior, que não componham o conglomerado	-		
41	Ajustes regulatórios nacionais			
41.a	Valor agregado dos investimentos líquidos inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior que não componham o conglomerado e que não exceda 10% do valor do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	-		
41.b	Participação de não controladores no Capital Complementar			
41.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Complementar para fins regulatórios			
42	Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Complementar em função de insuficiência do Nível II para cobrir deduções	-		
43	<b>Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar</b>	-		
44	<b>Capital Complementar</b>	-		
45	<b>Nível I</b>	1.150.506		
	<b>Nível II: instrumentos</b>			
46	Instrumentos elegíveis ao Nível II	-		
47	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-		
48	Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Nível II	-		
49	dos quais: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-		
50	Excesso de provisões em relação à perda esperada no IRB	-		
51	<b>Nível II antes das deduções regulatórias</b>	-		
	<b>Nível II: deduções regulatórias</b>			
52	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-		
53	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao Nível II			
54	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado, que exceda 10% do valor do Capital Complementar	-		
55	Valor agregado dos investimentos líquidos superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior, que não componham o conglomerado	-		

Número da Linha	Nível II: deduções regulatórias	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)	Referência do Balanço Conglomerado
56	Ajustes regulatórios nacionais	-		
56.a	Instrumentos de captação emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado, limitando-se aos instrumentos detidos por terceiros e emitidos até 31 de dezembro de 2012	-		
56.b	Participação de não controladores no Nível II			
56.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Nível II para fins regulatórios			
57	<b>Total de deduções regulatórias ao Nível II</b>	-		
58	<b>Nível II</b>	-		
59	<b>Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)</b>	1.150.506		
60	<b>Total de ativos ponderados pelo risco</b>	5.822.788	-	-
Número da Linha	Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal	%		
61	Índice de Capital Principal (ICP)	19,76		
62	Índice de Nível I (IN1)	19,76		
63	Índice de Basileia (IB)	19,76		
64	Valor total de Capital Principal demandado especificamente para a instituição (% dos RWA)	4,50		
65	do qual: adicional para conservação de capital	-		
66	do qual: adicional contracíclico	-		
67	do qual: adicional para instituições sistemicamente importantes em nível global (G-SIB)			
68	Montante de Capital Principal alocado para suprir os valores demandados de Adicional de Capital Principal (% dos RWA)	15,26		
Número da Linha	Mínimos Nacionais	%		
69	Índice de Capital Principal (ICP), se diferente do estabelecido em Basileia III			
70	Índice de Nível I (IN1), se diferente do estabelecido em Basileia III	5,50		
71	Índice de Basileia (IB), se diferente do estabelecido em Basileia III	11,00		
Número da Linha	Valores abaixo do limite para dedução (não ponderados pelo risco)	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)	Referência do Balanço Conglomerado
72	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-		-
73	Participações superiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-		-
74	<b>Mortgage servicing rights</b>			
75	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, não deduzidos do Capital Principal	-		-

<b>Número da Linha</b>	<b>Limites à inclusão de provisões no Nível II</b>	<b>Valor (R\$ mil)</b>		
76	Provisões genéricas elegíveis à inclusão no Nível II relativas a exposições sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada			
77	Limite para a inclusão de provisões genéricas no Nível II para exposições sujeitas à abordagem padronizada			
78	Provisões elegíveis à inclusão no Nível II relativas a exposições sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem IRB (antes da aplicação do limite)	-		
79	Limite para a inclusão de provisões no Nível II para exposições sujeitas à abordagem IRB	-		
<b>Número da Linha</b>	<b>Instrumentos autorizados a compor o PR antes da entrada em vigor da Resolução 4.192, de 2013 (aplicável entre 1º de outubro de 2013 e 1º de janeiro de 2022)</b>	<b>Valor (R\$ mil)</b>	<b>Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)</b>	<b>Referência do Balanço Conglomerado</b>
80	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Capital Principal antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013			
81	Valor excluído do Capital Principal devido ao limite			
82	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	-	-
83	Valor excluído do Capital Complementar devido ao limite	-	-	-
84	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	-	-
85	Valor excluído do Nível II devido ao limite	-	-	-

1- Coluna em que deve constar o valor dos ajustes regulatórios sujeitos ao tratamento temporário. O ajuste regulatório corresponde ao valor:

a) dos instrumentos autorizados a compor o PR da instituição antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013, que, entre 1º de outubro de 2013 e 31 de dezembro de 2021, ainda compõem o PR da instituição, conforme art. 28 da Resolução nº 4.192, de 2013 (as linhas 33, 35, 47, 48 e 49 poderão ter valores preenchidos nesta coluna até 31 de dezembro de 2021);

b) dos ajustes prudenciais que, entre 1º de outubro de 2013 e 31 de dezembro de 2017, ainda não forem integralmente deduzidos do PR, conforme art. 11 da Resolução nº 4.192, de 2013 (as linhas 5, 8, 9, 12, 15, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 34, 48, 83 e 85 poderão ter valores preenchidos nesta coluna até 31 de dezembro de 2017).

2- Deve constar nesta coluna, para as datas-base de 30 de junho e de 31 de dezembro de cada ano, a referência dos instrumentos reportados na tabela em relação ao balanço patrimonial da instituição ou do conglomerado, conforme inciso I e §1º do art. 3º desta Circular.

3- As linhas 4, 33, 35, 47 e 49 devem ser apagadas a partir de 1º de janeiro de 2022, data em que os instrumentos nela informados não serão mais aceitáveis para compor o PR.